



Governo João Figueiredo:

Três anos de construção democrática

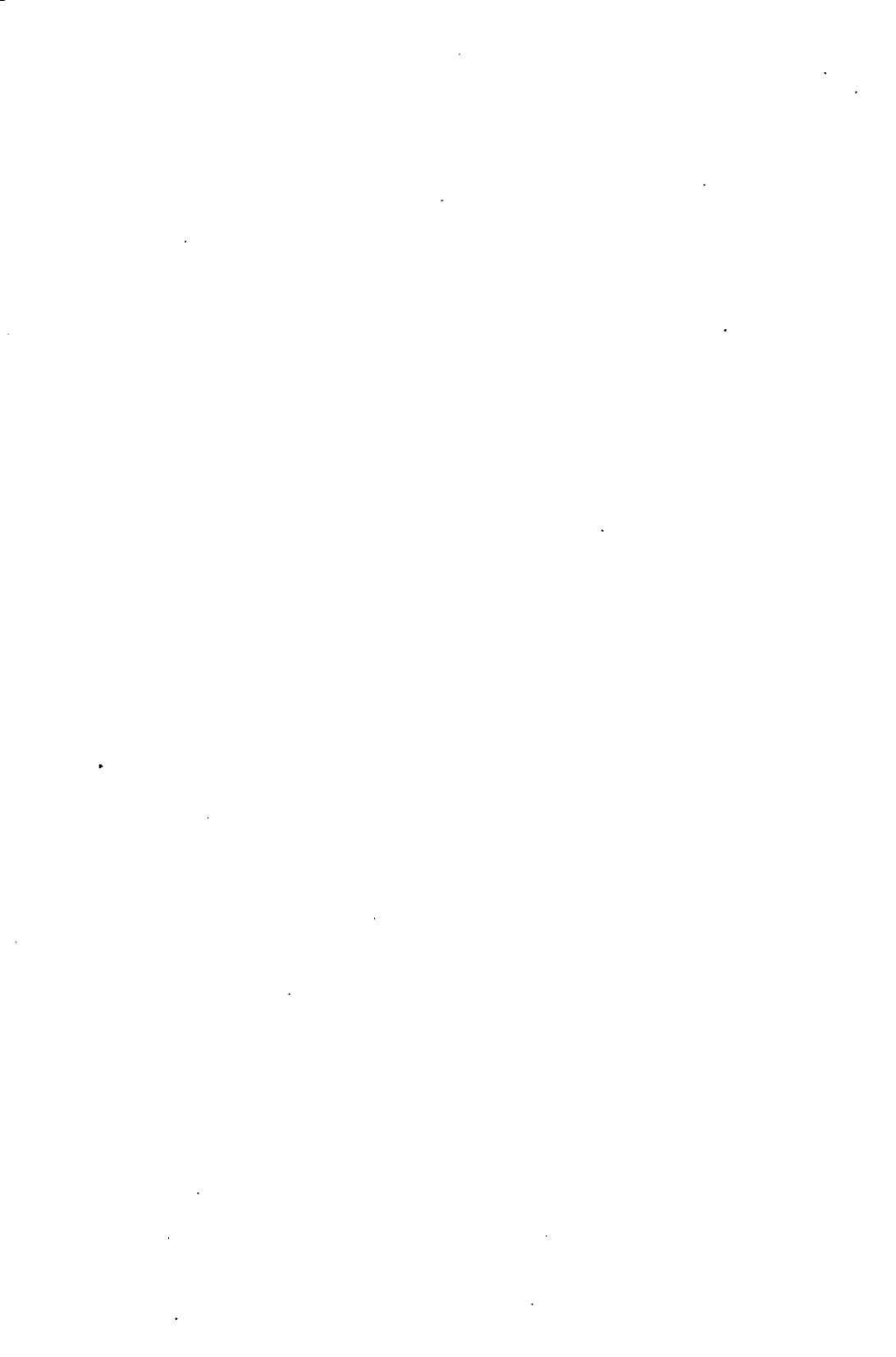
**Governo João Figueiredo:
TRÊS ANOS DE CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA**

ABERTURA

Pelo transcurso do terceiro aniversário do Governo do Presidente, João Figueiredo, a Empresa Brasileira de Notícias (EBN) produziu e distribuiu para todo o País material informativo especial coletado durante o mês de março de 1982 junto às autoridades da Administração Pública Federal e estadual e às lideranças políticas do Governo.

Além de pronunciamento do Presidente da República, constam deste volume, entrevistas e depoimentos do Vice-Presidente, Ministros de Estado, Governadores Estaduais, dirigentes de órgãos públicos e lideranças políticas.

Com esta publicação, a EBN pretende dar perenidade a um acervo de informações que registram as principais conquistas e os avanços nos campos político, econômico e social de uma etapa histórica da vida brasileira: a democratização comandada pelo Presidente João Figueiredo.



Poder Executivo



FIGUEIREDO COMEMORA TRÊS ANOS DE GOVERNO

— O Presidente João Figueiredo recebeu, no dia 15 de março de 1982 em solenidade realizada no Palácio do Planalto, os cumprimentos do vice-Presidente Aureliano Chaves e de todo o seu Ministério, pelo transcurso dos três anos de seu Governo.

Discursando, após ouvir a saudação do Ministro Abi-Ackel, em nome dos presentes, o Presidente João Figueiredo disse não ter-se afastado dos propósitos e dos compromissos com que assumira a Presidência da República.

O Chefe do Governo citou, entre outras realizações, a execução do processo de abertura, a concessão de anistia aos condenados ou processados por delitos e eleitorais acrescentando:

“Tenho o direito de esperar que a opinião pública, com espírito desarmado e patriótico, saberá fazer, nos comícios eleitorais que se aproximam, a justiça que me é devida”.

A solenidade foi iniciada com a saudação do Ministro Abi-Ackel, que fez um balanço dos principais fatos dos três anos do Governo do Presidente Figueiredo.

“A economia — disse o Ministro da Justiça — trata-a Vossa Excelência de maneira a dar ao mundo um exemplo de constância na solução dos seus problemas. O trato competente das questões internacionais, pela lucidez dos propósitos e pela habilidade de execução, configura no quadro mundial um país amadurecido, consciente da sua grandeza e da sua força, ao mesmo tempo plantado na compreensão dos múltiplos e recíprocos problemas da convivência entre as nações”.

Depois de se referir à manutenção, pelo Governo, do irrestrito respeito aos direitos e garantias individuais, bem como ao exercício dos poderes constituídos de forma harmônica, o Ministro Abi-Ackel acentuou que “grandes obras, em quase todos os Ministérios, transformam o Governo de Vossa Excelência num instante de aceleração histórica, pelo desenvolvimento que propicia”.

“Não seria justo ocultar porém – disse – que através de suas preocupações com os desafortunados o Governo de Vossa Exceléncia, já na metade do seu mandato, se inscreve em nossa história pela feição moderna da Justiça social que o preocupa. A proteção dos salários contra a corrosão inflacionária, a ampliação crescente dos programas de assistência, de educação, de saúde, de habitação, promovem no homem em todas as medidas e possibilidades ao alcance de Vossa Exceléncia.

Ao concluir o seu discurso, o Ministro Abi-Ackel afirmou:

“Se todos os seus Ministros nos honraram de servi-lo, pela importância e extensão de sua obra material, asseguradora do desenvolvimento econômico do país, honraram-nos ainda mais de servi-lo como restaurador das liberdades do povo. Isso bastaria para situá-lo em lugar de relevo na história do nosso país”.

Logo após, a fala do Ministro, o Presidente pronunciou o seguinte discurso. “Senhor Vice-Presidente da República, Senhores Ministros de Estado.

Não tenho feito, certamente, tudo quanto gostaria em benefício da nossa gente. Diz-me a consciência, todavia, que fiz, nestes primeiros três anos de Governo, tudo quanto estava ao meu alcance para bem servir a nação.

Não me afastei dos propósitos e dos compromissos com que assumi a Presidência da República. Na ordem política, mantive e incrementei o processo de abertura. Providenciei a concessão de anistia aos condenados ou processados por delitos políticos e eleitorais. Levantei inelegibilidades, possibilitando a disputa de cargos eletivos por inúmeros cidadãos que se achavam impedidos de participar, por essa forma, na luta política. Garanti os direitos cívicos e assegurei o respeito das franquias constitucionais e legais. Estendi a mão aos adversários, pedindo-lhes cooperação para solucionar os problemas nacionais. Suportei com serenidade e injustiça dos juízos temerários e as agressões dos preconceitos e malquerenças. Tenho assistido em silêncio ao espetáculo da propositada deformação da realidade, maquinada para expor-me ao desapreço dos desinformados.

Nada disso me afasta, porém, do caminho que me tracei. As eleições estão à vista. As urnas falarão em 15 de novembro. Espero que o povo, o qual me vem dando provas comovedoras de compreensão e de afeto, não me negará o apoio de que necessito para levar avante a obra gigantesca que o Governo vem realizando. Estou persuadido, assim, de que o povo, mais lúcido e menos prevenido que meus detratores, me estenderá a mão que estes me recusam. Tenho o direito de esperar que a opinião pública, com espírito desarmado e, patriótico, saberá fazer, nos comícios eleitorais que se aproximam, a justiça que me é devida.

Timbro em repisar que, na área econômica, não posso ser responsabilizado por dificuldades, que têm sua origem na grande crise – crise de feições dramáticas –, que atravessa a economia internacional. Nem bem se iniciava o meu Governo, estalava, em todos os céus do planeta, o trovão do segundo choque do petróleo, cujo preço, repentinamente, quadruplicou. O demônio da inflação saltou

se em quase todos os países do mundo. A espiral do custo de vida desequilibrou os orçamentos individuais. A insatisfação passou a ser estado de espírito comum. A inquietação penetrou os corações.

Contrariamente ao que antes acontecia, a produtividade desandou em todos os quadrantes da terra, trazendo intranquilidade e melancolia a amplos setores da sociedade. O mundo de hoje, mais do que em qualquer outro período do após guerra, é um mundo sofrido, um mundo em que predomina o descontentamento.

Esse o quadro em que me tem cabido atuar. Essa a situação que se explora contra o meu governo, como se ele fosse responsável pelo que acontece além de nossas fronteiras.

Nada disso impediu, contudo, a nossa arrancada pelo progresso econômica e social. Se a economia não cresce como gostaria que acontecesse, estamos, não obstante, realizando, em importantes setores, projetos de imensa envergadura, projetos que se podem contar entre os maiores do mundo.

São notórios, por outro lado, os êxitos alcançados, quer no equilíbrio da balança de pagamento, quer no combate à inflação, quer em outras áreas vitais da nossa vida econômica. Tudo farei, de outra parte, no sentido de reanimar o ritmo do nosso crescimento econômico e estimular a prosperidade, indispensável à normalidade da nossa vida social e política.

Apesar, também das condições desfavoráveis da conjuntura econômica, são imensas as realizações operadas no campo da justiça social. Suprindo deficiências clamorosas, oriundas de distorções causadas por desequilíbrio na distribuição da riqueza, o Governo melhora, aceleradamente, as condições de vida do povo nas áreas mais necessitadas. Somas imensas se investem nesse programa, cuja amplitude se dilata contínua e rapidamente.

Quero uma democracia liberal, fundada na livre iniciativa. Mas quero, também, uma democracia social, em que as reformas tendentes a melhorar a qualidade de vida do povo sejam conduzidas, rapidamente, por meio do diálogo eleitoral. Quero, entretanto, outrossim, uma democracia em cujo centro esteja o cidadão puramente tal, sensível ao interesse geral, ao interesse coletivo, e não uma democracia desta ou daquela categoria profissional, que pretenda confiscar, em proveito próprio, a vontade geral, ou coletiva, em cujo nome se arogue, em caráter privativo, o direito de falar.

Para a ultimação desse programa de ação, para implantação dessa ordem democrática, preciso da confiança, do sustentáculo dos brasileiros.

Ainda com três anos de Governo pela frente, necessito desse apoio, que — estou certo — não será negado.

Só Deus governa só, porque só Deus é onisciente e onipotente. Nos meus Ministros tenho encontrado o auxílio de que hei mister para suprimento das minhas deficiências. Às luzes do talento de todos e de cada um deles, à sua devoção ao bem público, à sua fidelidade à política geral do Governo, credito a maior parte

dos êxitos que tenho logrado na gestão do interesse nacional.

Queiram, pois, Senhores Ministros, receber os meus agradecimentos pela inestimável colaboração com que me honram. Receba o Ministro da Justiça o meu preito de gratidão pelas generosas palavras que, em nome do Ministério, acaba de dirigir-me. Muito obrigado."

O Presidente foi cumprimentado pelo vice-Presidente Aureliano Chaves e todos os Ministros, sendo servida, em seguida, uma taça de chamanhe. No saguão do segundo andar do Palácio do Planalto, o presidente posou para fotografias com todo o Ministério.

À noite, através de uma cadeia de rádio e televisão, o Presidente Figueiredo propôs à Nação a realização de uma cruzada "contra os assaltos do permissivismo" e "pela preservação dos dogmas morais e espirituais em que repousa a identidade da civilização que estamos construindo".

Em seu pronunciamento, o Presidente Figueiredo afirmou que "o grave, em nosso tempo, está, no entanto, em que a juventude, ao invés de suscitar crise, ou subversão, de valores, já se defronta com ela, notadamente no campo ético."

"A escalada do obsceno e do pornográfico — disse o Presidente — assume proporções tais que, ao falar ao povo brasileiro, neste 15 de março, terceiro aniversário do meu governo, não posso calar ante a vaga de desregramento moral que campeia, perante os nossos olhos, de modo desenfreado.

Na íntegra é o seguinte o pronunciamento do Chefe do Governo:

"Mas de mil dias decorreram desde a minha investidura, em 1979, na Presidência da República. Conheceu o mundo, nesse período, momentaneamente na área econômica e social, acontecimento de suma gravidade.

Pela sua repercussão planetária, esses sucessos, que abalaram a estrutura da economia internacional, tornaram a minha tarefa, normalmente complexa, ainda mais árdua, absorvente, inquietante.

Vivemos hoje sob o signo do econômico, sob uma espécie de religião do crescimento, sob a ansiedade de afluência. Sem negar ou minimizar o papel da produtividade no universo social e político, é bom que se atente, contudo igualmente para outros fenômenos, de capital influência no jogo das relações humanas.

Ao completar o terceiro ano do meu mandato, reparo, por exemplo, que, nesse período, vieram juntar-se a nós quase nove milhões de brasileiros. Até o fim do meu período governamental, isto é, dentro de três anos, possuiremos, aproximadamente, mais nove e meio milhões de habitantes.

Logo, durante os meus seis anos de governo, o nosso crescimento populacional será, mais ou menos de dezoito milhões de pessoas. Está claro que esse acréscimo demográfico repercutirá na economia, agravando-lhe as dificuldades. Será preciso alimentar, vestir, educar, dar habitação, garantir a saúde, dar emprego a essa legião de novos brasileiros, com quem teremos de dividir as nossas ale-

grias e aflições.

A história ensina que esses novos peregrinos, chegados sob as nossas benções, são, às vezes, ruins de contentar. Mordidos, freqüentemente, por vocação contestória, renegam os valores culturais do passado, como se estes pudesse ser recolhidos, sumariamente, ao cemitério das idéias caducas.

Via de regra, esses surtos iconoclastas, que constituem manifestações do eterno conflito de gerações, são absorvidos tranqüilamente, pela sociedade, que não se deixa desviar do seu tradicional estilo de comportamento.

O grave, em nosso tempo, está, no entanto, em que a juventude, ao invés de suscitar crise, ou subversão, de valores, já se defronta com ela, notadamente no campo ético. Não é impróprio, assim, falar-se hoje, tal qual se fazia antigamente, na corrupção da juventude por filosofias e costumes da época.

Não sei se há, entre nós, filosofias — ainda que filosofias do nada —, que concorram para a onda de dissolução de costumes, a que se assiste. Sei, porém, — porque se exibem às escâncaras, com espantoso atrevimento —, que a obscenidade e a pornografia se infiltram por toda a parte.

A escala do obsceno e do pornográfico assume proporções tais que, ao falar ao povo brasileiro, neste 15 de março, terceiro aniversário do meu governo, não posso calar ante a vaga de desregramento moral que campeia, perante os nossos olhos, de modo desenfreado.

Afirmarão os pornógrafos, parafraseando palavra famosa, que os males da pornografia e da obscenidade se curam com mais obscenidade e pornografia.

A verdade, porém, está em que tais males somente acharão remédio na resistência, a eles oposta, dos valores espirituais em que se estriba a civilização cristã sob cujos postulados vivemos e queremos continuar a viver. Não é sob o aspecto legal e jurídico que cuido, neste momento, da licenciosidade que espraia ameaçadoramente, pondo em risco a integridade dos padrões morais que nos cumpre preservar. Trato, aqui, do afrouxamento dos laços éticos, como poderia fazê-lo qualquer do povo, que sinta, no seu coração, o palpitar dos imperativos éticos.

Não me arvoro, por conseguinte, em guia espiritual da nacionalidade. Cumpre, no entanto, ter presente que o Estado é sobretudo um organismo ético, um ente que possui deveres para com os cidadãos que lhe formam o substrato.

Faltaria, pois, o indeclinável dever do meu cargo se, como Chefe do Governo, não levantasse a voz para advertir a nação sobre a influência deletéria da onda de erotismo e relaxamento de costumes, que se infiltra em amplos segmentos do nosso corpo social.

Dir-se-á que o encargo de enfrentar e resolver esse problema incumbe ao governo. Respondo, porém, que essa constitui uma daquelas tarefas que não é lícito descarregar, inteiramente, sobre este ou aquele órgão do poder público.

Trata-se, aqui, de caso em que, rigorosamente, cada um é responsável por ca-

da um, ou, em outras palavras, em que todos são responsáveis por todos. Tanto maior é essa responsabilidade quanto é certo que cerca de cinqüenta por cento de nossa população é hoje constituída de jovens — cerca de quarenta e oito por cento de jovens até dezenove anos; cinqüenta e seis por cento até vinte e cinco anos. Uma cruzada se faz inadiável, pois, em defesa desse precioso capital humano conta os assaltos do permissivismo na mais degradante das suas formas.

Para essa cruzada é que, aqui e agora, convoco as nossas forças sociais mais responsáveis, de qualquer obediência, seja filosófica, seja religiosa, seja política.

É, em suma, ao coração sensível e generoso, assim da própria mocidade, como dos homens e mulheres deste país, que me dirijo para encarecer a imprescindibilidade e a urgência de um largo movimento popular pela preservação dos dogmas morais e espirituais em que repousa a identidade da civilização que estamos construindo".

OS RESULTADOS EM TRÊS ANOS

Um país democratizado, com anistia ampla e irrestrita, liberdade de opinião, pluralidade partidária e eleições livres e diretas; um país que não parou seu desenvolvimento, apesar de todas as dificuldades, impostas pela crise mundial em torno do preços do petróleo, desemprego, inflação, altas taxas de juros, elevado custo do dinheiro etc; um país com enorme preocupação no campo social, resolvendo problemas seculares ao dar casa e terra a quem não as possui. Nestes três pontos — político, econômico e social estão resumidas, objetivamente, as realizações dos três anos do governo do Presidente Figueiredo.

Na área econômica, o processamento de saneamento já começou a dar frutos, a inflação já perdeu um dos seus dígitos, os gastos públicos estão sob rígida disciplina, a balança comercial registrou o maior superávit da história, as exportações cresceram, a dívida externa está sob controle e começam a surgir sinais de recuperação do crescimento industrial e comercial.

Na área social agigantaram-se os programas de habitação, transporte, assistência social, educação, distribuição de terras, serviços de saúde.

Positiva foi a resposta à crise energética, através de diversas alternativas. Politicamente, registraram-se importantes modificações e se caminha, a passos largos no caminho da democracia.

Quanto às suas relações exteriores, o país alargou suas fronteiras comerciais e diplomáticas e, principalmente, marcou posição de defensor da paz e da cooperação internacionais e da política de autodeterminação dos povos.

Em 1979, o governo se viu na contingência de promover a expansão monetária, para socorrer Estados e Municípios vítimas de repetidas secas, geadas e inundações e, ainda, para sustentar o sistema de subsídios ao consumo de alguns produtos essenciais à população, como carne, açúcar, leite e trigo, sendo que este úl-

timo ítem demandava subsídios anuais de um bilhão de dólares. Persistia, por outro lado, o desequilíbrio na condução dos planos das empresas estatais que, quase sempre, resolviam seus problemas financeiros com a maneira imprópria e inflacionária de lançar mão de empréstimos externos. Para culminar todo esse quadro, os efeitos de uma crescente inflação internacional e uma escalada, então permanente, dos preços do petróleo.

A tudo isso, já em 79, o governo Figueiredo procurou uma resposta rápida, expressa na implantação de uma política de crédito e assistência agrícola, garantia de preços mínimos, uma nova política salarial, controle dos investimentos das empresas estatais, redução da importação do petróleo e busca de fontes alternativas de energia, mecanismos de controle de inflação, corte gradual de subsídios, equilíbrio da balança comercial, controle da dívida externa.

Essas medidas deram resultados positivos em 80, com o Brasil registrando um crescimento econômico em torno de oito por cento. Invertendo a tendência anterior, a agricultura naquele ano teve um resultado final de 9,3 por cento superior ao ano anterior, apesar da seca do nordeste. A produção industrial, por sua vez, registrou um aumento de 7,9 por cento e o consumo cresceu 9 por cento, principalmente pelo maior poder de compra das classes assalariadas. As exportações cresceram em 32 por cento, atingindo a meta desejada de vinte bilhões de dólares. Pode-se afirmar que a batalha perdida naquele ano foi a do índice inflacionário, 110,2 por cento contra 77,2 em 79. Ao findar 80, a preocupação maior do governo era o problema do endividamento externo, cujo crescimento comprometia o país sob diversas formas. O ano de 81, em consequência, começou com a adoção de uma série de mudanças nas políticas cambial, monetária e fiscal, visando à formação de um excedente de produção para exportação, à contenção da demanda interna, no intuito de controlar as importações e aumentar a poupança nacional, em contrapartida à redução do papel da poupança externa no financiamento dos investimentos, face à necessidade, imperiosa, de frear o crescimento da dívida externa. Esse quadro, ao qual se juntou o aumento das taxas de juros, que encareceu o dinheiro, provocou uma acentuada queda em várias áreas da indústria de transformação, principalmente na indústria de veículos e de bens de consumo durável.

Mas essas contingências terminaram dando resultados positivos. Não apenas foi eliminado o déficit comercial, que em 80 foi de quase três bilhões de dólares, como, em 81, obteve-se um saldo positivo de um bilhão e duzentos milhões de dólares. Foi possível, assim, reduzir o déficit em transações correntes para dez bilhões e seiscentos milhões de dólares, elevando-se as reservas para sete e meio bilhões de dólares. A inflação interna, por outro lado e apesar de persistirem as diversas pressões que, a impulsionam, chegou ao final do ano com menos um dígito. Com a criação de mecanismos de controle das empresas estatais, diminuiu sensivelmente a necessidade de expansão monetária.

Esses resultados foram acompanhados de substancial crescimento, em 81, do setor agropecuário, da produção de energia — a produção interna de petróleo registrou 18 por cento a mais — e de exportação de produtos industrializados, cujas vendas aumentaram em 33 por cento. Considera-se, pela análise, que o governo teve êxito em conciliar a política de estabilização e redução do desequilíbrio externo, com a estratégia de recomposição da economia interna. Vale acrescentar, também, que a política salarial de reajustes semestrais permitiu que 94,1 por cento da população brasileira se beneficiasse de aumentos reais de salários, acima da inflação, aumentando a participação dos trabalhadores na renda nacional.

Diante dos problemas econômicos, o governo Figueiredo iniciou sua gestão em 79 aplicando ao campo social a política de apenas manter, em níveis relativamente estáveis, os programas já desenvolvidos por governos anteriores. Em 80, entretanto, os resultados positivos da área econômica permitiram uma aceleração do processo, que tomou um grande ímpeto em 81. Já em 80, a nova política salarial, contemplando mais intensamente os assalariados de menor renda, permitiu melhor distribuição da renda nacional, proporcionando àquelas classes recursos semestrais dez por cento acima do INPC. Como resultado prático da nova política, as greves caíram de quatrocentas, em 79, para apenas trinta e duas em todo o país, em 80, com reflexos positivos para a paz social e política e, também, nos resultados econômicos das atividades empresariais. Foi disciplinada a liberdade salarial das empresas estatais, reduzindo-se o excessivo distanciamento entre a cúpula e as bases dessas empresas.

Acelerou-se o processo de formação de mão-de-obra urbana e rural. Na área da Educação, foram incrementados os programas de base, desde o apoio à população rural até a educação profissionalizante de nível médio, facultando a promoção social do aluno mais carente.

Quanto à saúde foram promovidas inúmeras campanhas de vacinação, diversificados os atendimentos à população e iniciada a implantação do sistema preventivo de serviços, com a instituição da filosofia de que sai mais barato cuidar da saúde da população do que lhe curar as doenças.

Cresceram em muito, também, os programas e mecanismos de assistência a carentes, ai se incluindo, crianças, idosos, gestantes, nutrizes, desempregados, estudantes, etc. Essa preocupação também se registrou sobre os integrantes da mão-de-obra do chamado “mercado informal”, principalmente aos que se dedicam ao artesanato, uma atividade que tem recebido o mais amplo apoio, cujos resultados se refletem no aumento da exportação desses produtos.

Mas a grande medida adotada pelo governo Figueiredo na área social foi a da dinamização da reforma agrária, através da nova legislação sobre posse e domínio de terras e da atuação, efetiva, do INCRA, na regularização fundiária. Com isso, o governo está conseguindo diminuir o afluxo migratório para os grandes centros urbanos e fixar o homem do campo à terra, o que evitara o aumento, já

intolerável, da pressão social sobre as grandes cidades e, em contrapartida, a continuidade do desenvolvimento agrícola.

A política do governo Figueiredo tem sido marcada pela defesa dos interesses do país sem prejuízo dos demais. Sem perder de vista seu próprio senso crítico de pessoas e situações, o Brasil vem expandindo e consolidando seus laços diplomáticos e comerciais em todos os quadrantes e mantendo equidistância de atritos decorrentes de conflitos de interesse. Por outro lado, ao mesmo tempo em que tem mostrado firmeza em suas colocações contra hegemônias e atos e força, tem procurado, de maneira sempre discreta, mediar situações antagônicas.

Quanto ao comportamento estritamente político, o governo Figueiredo vem cumprindo seus propósitos, inicialmente anunciados, de redemocratizar o país. Concedeu anistia ampla e incondicional, anulou o 477, implantou o pluripartidarismo, propiciou liberdade de opinião e de associação, anulou vários atos restritivos às liberdades públicas e, finalmente, garantiu a realização de eleições livres e diretas, a se realizarem em novembro próximo.

O governo tem sido intransigente em defender a paz social, na qual o país tem vivido nestes últimos anos, e em seu projeto de uma democracia liberal e pluralista. E esta tem sido a tônica, nessa área, dos pronunciamentos do Presidente Figueiredo, principalmente aos integrantes da classe político-partidária: "A todos eles, sem exceção, estendi a mão para que, em conjunto, sem prejuízo dos respectivos compromissos políticos, perseguíssemos esse grande objetivo nacional."



Vice-Presidente Aureliano Chaves: GOVERNO COERENTE NA SUA AÇÃO DEMOCRÁTICA

“O que me parece extremamente importante é que o Presidente tem sido absolutamente coerente entre o que prega e o que faz. Desde a sua posse no Governo ele vem sendo fiel ao que pregou como candidato e tem procurado, através de atos, confirmar a sua pregação democrática como candidato.”

A afirmação é do Vice-Presidente da República, Aureliano Chaves, ao fazer através da Empresa Brasileira de Notícias, um balanço das atividades dos três primeiros anos do Governo do Presidente João Figueiredo. Acrescentou, ainda, que “ninguém pode colocar em dúvida o esforço que ele vem fazendo para encontrar o caminho da vida democrática.”

Destacou, também, Aureliano Chaves, o gesto de mão estendida do Presidente Figueiredo, “um gesto que não é simbólico e, sim, um gesto real” e o projeto de anistia “que considero um projeto amplo”.

— O projeto — prosseguiu o Vice-Presidente — é amplo por que permitiu aos homens públicos brasileiros pudessem se reintegrar com tranquilidade na vida pública e, por conseguinte, que o processo político brasileiro fosse se desenvolvendo, sem que se levasse em conta o que ocorreu antes da anistia. Realmente, por parte do Governo houve um esquecimento porque anistia é esquecer, esquecer o passado em função do futuro.

Aureliano Chaves lembrou as palavras do Presidente João Figueiredo pronunciadas no Rio Grande do Sul onde ratificou o seu gesto de mão estendida. Para mim-disse — “é a testemunha de que estamos buscando os caminhos da vida democrática, através da convivência política”. E concluiu: “Isso é muito importante, porque democracia é convivência e quem não convive politicamente, não exercita a vida democrática.”

O Vice-Presidente Aureliano Chaves abordou, também, os fatos mais importantes ocorridos na área da Comissão Nacional de Energia, da qual é presidente. Naquela época, disse Aureliano Chaves, o país consumia um pouco mais de um

milhão de barris/dia de petróleo importado e logo no início da constituição da CNE o Presidente da República fixou a importação em 960 mil barris/dia.

— Decorridos pouco mais de dois anos da criação da Comissão Nacional de Energia, o quadro de consumo de petróleo importado se modificou de uma maneira bastante sensível. Lembrou que “estamos hoje consumindo, aproximadamente, 750 mil barris/dia de petróleo com perspectivas de redução desse nível”. Para Aureliano Chaves, tudo vem ocorrendo em razão da atuação, principalmente, da CNE e da Petrobrás.

Citou, ainda, os programas do álcool e do carvão “programas que obtiveram êxito” e que vêm ajudando o país na diminuição do petróleo importado:

— A verdade — disse — é que o Brasil, na safra 82/83, vai produzir 4,8 bilhões de litros de álcool o que representa uma redução de vulnerabilidade do país no setor energético e uma economia expressiva em dólares. É importante que tenhamos confiança no Programa Nacional do Álcool e não nos coloquemos em posição pessimista em decorrência de algumas dificuldades que estamos tendo mas que vamos superar.

É a seguinte a íntegra da entrevista:

EBN: Dr. Aureliano Chaves, quais os fatos mais importantes na área de Comissão Nacional de Energia, ocorridos nos três primeiros anos do governo do presidente João Figueiredo?

AURELIANO: Vamos ficar especificamente em três fatos, dois fatos, o que for. O importante é o seguinte: Primeiramente, fazer algumas reminiscências. Quando o presidente Figueiredo deliberou criar a Comissão Nacional de Energia, logo no início do seu governo, comissão esta que é presidida por ele, que me delegou poderes para a presidir em seu nome, havia alguns aspectos importantes no que concerne ao quadro energético brasileiro.

O Brasil, naquela, época, estava consumindo um pouco mais de 1 milhão de barris por dia de petróleo importado e, logo no início da constituição da Comissão Nacional de Energia, o presidente da República resolveu fixar esse consumo de petróleo importado em 960 mil barris/dia. Decorridos pouco mais de dois anos da criação da Comissão Nacional de Energia, em três anos do governo do presidente Figueiredo, o quadro de consumo de petróleo importado se modificou de uma maneira bastante sensível. Hoje nós estamos consumindo qualquer coisa parecida com 750 mil barris/dia de petróleo importado, com algumas perspectivas de redução desse nível, fato esse que decorreu da atuação, em grande parte da Comissão Nacional de Energia, no campo do estímulo à produção de petróleo nacional e esse particular não se pode discutir. O êxito que vem obtendo o trabalho realizado pela Petrobrás; o programa de utilização de energéticos nacionais realizado pela Petrobrás; o programa de utilização de energéticos nacionais substitutos, o programa nacional do álcool e o programa nacional do carvão, am-

bos programas, particularmente o programa nacional do álcool, são programas que, obtiveram êxito, por mais que se discuta a evolução do programa nacional do álcool. A verdade é que o Brasil hoje, na safra 82/83, já vai produzir 4,8 bilhões de litros de álcool.

Quando se iniciou esse programa ainda no governo do presidente Geisel, nós produzíamos qualquer coisa parecida com 700 a 800 milhões de litros de álcool. Hoje já vamos para quase 5 bilhões, 4,8 bilhões de litros de álcool. Isso representa redução de vulnerabilidade do país no setor energético, economia de dólares, expressiva economia de dólares.

Hoje o Brasil domina o desenvolvimento de uma tecnologia com tranquilidade e está em condições de levar essa tecnologia a outros países do mundo. É importante que nós tenhamos confiança no Programa Nacional do Álcool. Não nos coloquemos numa posição pessimista em decorrência de algumas dificuldades que estamos tendo, mas que serão certamente superadas, por que o Programa Nacional do Álcool é um programa estratégico no campo energético, porque reduz sensivelmente as vulnerabilidades do País no setor. Quer dizer, é um programa que tende a desempenhar um papel cada vez mais importante na economia nacional. De forma, que esse é um fato, a meu ver, extremamente positivo do governo do presidente Figueiredo, no quadro energético. Nós poderíamos citar uma série de outras coisas, mas acho que devemos nos fixar nisto, porque o quadro energético nacional tem, sem dúvida alguma, no Programa Nacional do Álcool, um suporte extremamente valioso.

EBN: Dr. Aureliano, a retirada dos preços dos carros movidos à álcool da lista dos supérfluos é uma maneira do governo mostrar que ele está interessado no pró-álcool?

AURELIANO: A Comissão Nacional de Energia está preocupada, naturalmente por orientação do presidente da República, com o Programa Nacional do Álcool porque sabe perfeitamente o papel importante que esse programa desempenha para o país. Nós entendemos que, dentre outras medidas que devam ser tomadas, para, melhorar a posição do veículo à álcool face ao consumidor brasileiro, a verdade é que a redução de demanda de veículo a álcool foi uma decorrência também de um quadro geral que atingiu a Indústria automobilística. Houve uma redução geral de demanda de automóveis a gasolina e de automóveis a álcool. Mas, para que nós possamos melhorar a aceitabilidade pública do carro a álcool, é preciso que tomemos, a meu ver, três providências fundamentais sem prejuízo de outras. Em primeiro lugar, é preciso melhorar o preço do álcool ao consumidor. A relação preço de álcool e gasolina tem que ser melhorada. A meu ver, o álcool não deve atingir valor superior a 60 por cento, deve ficar abaixo de 60 por cento do preço de gasolina. Em segundo lugar, uma preocupação de manter uma qualidade uniforme do álcool ao consumidor, porque a qualidade do álcool do produtor à distribuidora está obtendo um bom controle, mas da distri-

buidora ao consumidor o controle ainda não está feito a níveis desejados. Nós temos que intensificar esse trabalho, embora haja um esforço muito grande do CNP. É preciso que este esforço seja redobrado. A melhoria do desempenho dos carros à álcool, um esforço realizado pelas empresas fabricantes de veículos automotores no Brasil tem que ser cada vez mais orientado, no sentido de oferecer um veículo movido à álcool de qualidade superior. Há exceção de uma ou duas empresas, mas a verdade é que os veículos à álcool oferecidos ao consumidor ainda não atingiram o nível de performance tecnológica satisfatória. É preciso melhorar. É preciso que o consumidor tenha mais confiança na qualidade do carro e isto é inteiramente possível. Depois, é uniformizar o preço do carro à álcool ao consumidor. Não há razão mais, no início talvez se justificasse, mas no momento já não se justifica mais uma diferença de preço do veículo a álcool para o veículo à gasolina. É preciso voltar as vistas para isto.

Além de outras providências que estão sendo propostas pelo Ministério da Indústria e do Comércio, que serão examinadas pelo Grupo base da Comissão Nacional de Energia.

EBN: Seria a reabertura dos postos aos domingos?

AURELIANO: Isto é um assunto que está sendo examinado. Outro que considero importante é a questão de melhoria de garantia para o veículo à álcool estender para um prazo maior no tempo ou então em quilometragem, esse prazo de garantia para o veículo à álcool; uma redução do IPI sobre o veículo à álcool, para que ele possa ser oferecido também os preços mais satisfatórios ao consumidor, além de uma série de outras providências, a meu ver de menor monta, mas que compõem um grupo de iniciativas, que está sendo examinado, e que deverá ser colocado em prática para que o veículo à álcool volte a ter do usuário brasileiro, a confiança que ele deve merecer.

EBN: Então, o sr. acredita que até o final do governo Figueiredo o povo brasileiro estará optando mais pelo carro à álcool do que a gasolina?

AURELIANO: Eu creio que o carro à álcool tende a desempenhar um papel importante na fatia de mercado. É claro que não vamos dizer que o álcool que vamos produzir vai substituir toda a gasolina. Mas, através do veículo à álcool estamos reduzindo a vulnerabilidade do Brasil no setor do combustível automotivo, esse é o principal objetivo. E, por outro lado, estamos reduzindo também, em última análise, o gasto de divisas para aquisição de petróleo. Acho que é muito importante, e além do mais, estamos firmando no conceito internacional, uma tecnologia que hoje tem um cunho eminentemente brasileiro. É a tecnologia do álcool.

EBN: Dr. Aureliano, nesses três primeiros anos, na área política, o que que ocorreu de mais importante na sua opinião?

AURELIANO: O que me parece extremamente importante é que o Presidente tem sido absolutamente coerente, entre o que prega e o que faz. Desde a

sua posse no governo ele vem sendo fiel ao que ele pregou como candidato e tem procurado através de atos, confirmar a sua pregação democrática como candidato. Ninguém pode colocar em dúvida o esforço que ele vem realizando, no sentido de fazer com que o nosso país encontre o caminho da vida democrática, um caminho seguro de vida democrática e que o país procure conciliar-se. O gesto dele de mão estendida, não é um gesto simbólico, é um gesto real. O projeto de anistia foi realmente um projeto amplo, e o que é mais importante, é um projeto amplo que permitiu que os homens públicos brasileiros pudessem reingressar com tranquilidade na vida pública e o processo político brasileiro fosse se desenvolvendo, sem que se levasse em conta o que aconteceu antes da anistia. Realmente, por parte do Governo, houve um esquecimento, porque anistia é esquecer, esquecer o passado em função do futuro. Nós queremos construir nesse país uma Nação que viva sob o signo da ação fraterna dos brasileiros. Nós podemos divergir com relação aos objetivos que temos a atingir, mas essa divergência em relação aos objetivos não são muito profundas, porque nós somos todos brasileiros e temos um caráter comum. Podemos divergir no que concerne à metodologia de trabalho para atingir esse objetivo. Mas, o que é importante é que cada um de nós procure nortear a sua ação em sintonia com a maneira de ser da Nação brasileira. A Nação brasileira é, antes de mais nada, uma Nação conciliadora. Nós não somos uma Nação que aprove o radicalismo. Ao contrário, gostamos da ação conciliadora, não gostamos de abdicar dos nossos pontos de vista, e não gostamos de transformar os nossos pontos de vista em grito de guerra. Recentemente, o Presidente Figueiredo ratificou o seu gesto de mão estendida no sul do País, e testemunhou realmente, que estamos buscando os caminhos da vida democrática, através da convivência política. Isso é muito importante. Democracia é convivência. Quem não convive politicamente não exercita a vida democrática.

EBN: Dr. Aureliano, então o sr. acredita que o povo brasileiro nas eleições de novembro não irá esquecer desse gesto do Presidente Figueiredo e irá votar no partido do governo?

AURELIANO: Bom, nós temos fundadas razões para crer que vamos ter êxito nas eleições. Mas a minha modesta experiência política, de homem que disputou vários mandatos eletivos, me diz que é muito difícil se fazer prognóstico sobre eleição. Só depois de apurado o voto nas urnas. Temos esperanças, mas as nossas esperanças não vão nos induzir a aguardar de braços cruzados os resultados. Temos que lutar bravamente e é o que vamos fazer. Esperamos que tenhamos êxito. Mas, se vamos ter êxito, só depois de 15 de novembro.

Ministro Ibrahim Abi-Ackel: EVOLUÇÃO POLÍTICA COM ANISTIA E PLURIPARTIDARISMO

O Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel destacou entre as atividades, do seu Ministério nos três anos do Governo Figueiredo, três importantes projetos para a evolução política do País: "O primeiro deles, precedido de amplo debate nacional consubstanciou a reforma partidária que reintroduziu, no Brasil, o pluripartidarismo; o segundo, também convertido em lei, concedeu ampla anistia aos punidos com base nos atos revolucionários; e o terceiro, que indultou os condenados a penas privativas de liberdade não superiores a quatro anos, incluindo os sentenciados por crimes políticos."

Essas três iniciativas — observou o Ministro, além de terem favorecido a compreensão e o convívio entre brasileiros, contribuiram para tornar irreversível o processo de aperfeiçoamento institucional em que se empenham, presentemente, o Governo e o País.

Em 1981, após a aplicação da Lei da Anistia, o Ministério da Justiça encaminhou a proposta, transformada na Emenda Constitucional nº 15, que restaurou na vida política nacional a tradição republicana do sufrágio universal do voto direto e secreto nas eleições para Governadores do Estado e a totalidade do Senado da República.

As dificuldades que inviabilizavam pela inexistência de partidos políticos, a realização de eleições à 15 de novembro de 1980, levaram o Ministério da Justiça a enfrentar o problema com objetividade, enviando ao Congresso Nacional projeto de lei prorrogando os mandatos dos atuais prefeitos para, com isso, evitar a vacância da gestão municipal.

Depois, o Ministério da Justiça encaminhou ao Congresso Nacional algumas propostas voltadas para o próximo pleito. Entre elas, a que altera o elenco das inelegibilidades a que reduz a um ano a exigência de domicílio eleitoral; e a que extrai do contexto da Lei Complementar nº 5, a situação imposta aos atingidos por atos de exceção e aos meramente denunciados em ação penal. A refor-

ma eleitoral como foram denominadas essas medidas, e foi submetida à aprovação do Congresso através de vários projetos, tendo-se transformado em lei durante o mês de janeiro de 1982.

Logo depois da posse do Presidente João Figueiredo, o Ministério da Justiça cuidou de reativar o Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, o qual, desde maio de 1979, passou a realizar regularmente suas reuniões, com o objetivo de examinar providências, averiguações de atos administrativos que restaurassem a confiança da comunidade nacional. A reconvoação do Conselho continua a proporcionar, no decorrer destes três anos, o diálogo com importantes segmentos da sociedade civil. Ao CDDPH foi confiado o estudo da violência e a criminalidade urbana e, como primeira consequência, o Ministério da Justiça convocou um encontro com os Secretários de Segurança Pública do País.

Lembrou o Ministro que ao convocar esse encontro, não pensou o Ministério da Justiça em erradicar o fenômeno da criminalidade violenta a partir de considerações teóricas. Mas apenas conjugar reflexões de cientistas sociais às experiências dos Secretários de Justiça e Segurança na formulação de medidas específicas que reduzissem essa violência a um nível suportável.

Ainda no decorrer de 1980 o Ministério da Justiça, implantou, em caráter definitivo, o Conselho Superior de Censura, cuja criação remontou ao ano de 1968. O CSC, desde então, passou a elaborar normas e critérios que orientam a atividade censória de costumes, bem como a rever, em grau de recurso, as decisões tomadas com relação à censura de espetáculos e diversões públicas. Composto de representantes dos diferentes setores da cultura brasileira, o Conselho Superior de Censura se reúne mensalmente, e sua atuação está permitindo não só fixar parâmetros censórios uniformes, mas levar em conta as exigências e aspirações culturais da sociedade como um todo. Promoveu-se para tanto diálogo entre representantes das emissoras de televisão, técnicos em censura e o público em geral. Esse esforço culminou na realização do Seminário Nacional sobre Programas de TV e Público Usuário, que reuniu cerca de 300 participantes.

Foi ainda no decorrer do primeiro ano da administração Figueiredo que o Ministério da Justiça iniciou atividade cultural que se traduziu em diversas iniciativas no campo das ciências jurídicas, com o intuito de preservar o acervo histórico do País, e fomentar amplo acesso às obras de cunho científico e às fontes fundamentais. Para tanto, foram concebidas coleções de livros da série "Memória Jurídica Nacional". As duas primeiras deram origem à edição das obras "História do Direito Nacional", de Martins Junior, e a "Tópica e Jurisprudência", de Theodoro Viehweg.

Essas iniciativas forma reforçadas e enriquecidas com a criação da Fundação Petrônio Portella, organismo que se volta para a organização jurídica nacional, a consolidação da legislação brasileira, o programa editorial na área do Direito e a preservação da memória jurídica nacional. O Governo passou a contar com o

concurso de um centro de alto nível para organizar, divulgar e estudar não só a lei como também a jurisprudência e a doutrina.

Em sua retrospectiva, Abi-Ackel destacou também a ampliação das garantias ao exercício das atribuições constitucionais do Poder Judiciário como outra iniciativa do Ministério da Justiça destinada a contribuir para uma justiça mais rápida e acessível a todos os brasileiros. Nesse sentido, foi redigido projeto de Lei Complementar que alterou a Lei Orgânica da Magistratura e preparou a organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.

Em 1981, foram criados os Tribunais Regionais do Trabalho, da 10a. Região, com sede em Brasília, 11a. Região, com sede em Manaus, e da 12a. Região, com sede em Florianópolis.

Os problemas surgidos, no campo da seleção, entrada e fiscalização de estrangeiros levaram o Ministério da Justiça, a partir de 1980, a iniciar estudos destinados a atualizar as diretrizes governamentais em matéria de política migratória e atendimento a estrangeiros. Assim, em 1982, foi elaborado o Estatuto dos Estrangeiros que instituiu uma política migratória condizente com as necessidades do desenvolvimento nacional, dando tratamento adequado a milhares de estrangeiros que, até então, viviam na ilegalidade.

Para apressar as providências com vistas a regularização desses estrangeiros, o Ministério orientou o DPF no sentido de suspender as deportações, ao mesmo tempo em que determinou às Superintendências Regionais a adoção de medidas que facilitem a requisição de vistos.

A aplicação das diretrizes do Plano Nacional de Segurança do Trânsito constitui preocupação efetiva do atual Governo, tendo sido realizado, a partir de 1980, um trabalho integrado e permanente do Departamento do Trânsito e órgãos responsáveis pela execução de projetos destinados a propiciar segurança aos usuários. Estabeleceu-se uma política de educação para o trânsito, de aparelhagem dos órgãos técnicos administrativos do Sistema e pesquisas sobre acidentes e diferentes aspectos relacionados com a segurança dos condutores de veículos.

Cresceu, por outro lado, o número de cidades pequenas e médias que se beneficiaram de projetos destinados a melhorar o ordenamento do trânsito, a reduzir o consumo de combustível e a baixar os índices de acidentes. Cerca de três milhões de condutores foram cadastrados no quadro de um projetos que facilitará, cada vez mais, aos brasileiros, a obtenção e a renovação da carteira de motorista. E, finalmente, está sendo desenvolvida uma campanha nacional, com visadas a reduzir o número de veículos roubados.

Lembrou ainda o Ministro Abi-Ackel que por se ter constituído num dos pontos cruciais da administração pública brasileira, a política penitenciária havia de suscitar maior empenho do Governo: "Enquanto não se buscassem formas tendentes a uniformizar as condições de execução das penas, passou-se a edificar estabelecimentos em conformidade com os ditames da moderna arquitetura

prisional, na medida em que se criava cursos de alfabetização promovidos com o Ministério do Trabalho." Com a intenção de fixar a realidade brasileira, foi convocado o I Congresso Brasileiro de Política Criminal e Penitenciária, que reuniu, em Brasília, cerca de 1500 especialistas para o exame amplo e profundo dos anteprojetos de Código Penal, Processo Penal e Lei das Execuções Penais. O Conselho Nacional de Política Penitenciária passou a cuidar da elaboração de anteprojetos que propõem a modificação do Código Penal, do Código de Processo Penal e da nova Lei das Execuções Penais, sendo que a última vem preencher uma lacuna no Direito brasileiro, "pois renova inteiramente o campo das execuções das penas".

No decorrer destes três últimos anos, foram aplicados mais de 140 milhões de cruzeiros na construção e melhoramento de diversos estabelecimentos prisionais.

O Departamento de Polícia Federal intensificou sua atuação no combate ao contrabando e descaminho do café. A presença da Polícia Federal nas regiões fronteiriças possibilitou, igualmente, progressos consideráveis na identificação e anulação de fontes e agentes do tráfico de tóxicos. Por outro lado, recursos colocados à disposição do DPF permitiram a conclusão da Academia Nacional de Polícia, centro de formação e aprimoramento de pessoal destinado ao cumprimento das múltiplas tarefas que são conferidas àquele Departamento do Ministério da Justiça.

Em 1981, regulou-se por via de lei, o instituto do usucapião rural, que concorrerá para fixar o homem no campo, até então impraticável pela ausência de normas processuais que tornassem viáveis a aquisição da propriedade rural. Tendo o Ministério da Justiça passado a integrar o Conselho de Desenvolvimento Social, cresceram suas possibilidades de investimento na segurança pública, incluída pelo III Plano Nacional de Desenvolvimento. Com isso, foi possível intermediar a transferência de mais de 14 bilhões de cruzeiros do FAS às unidades da Federação, para investimentos em projetos de melhoria dos serviços de segurança pública e do sistema penitenciário.

Participando do Ano Internacional do Deficiente Físico, o Ministério da Justiça firmou convênio com a Fundação das Pioneiras Sociais, visando a readaptação e a capacitação de deficientes físicos para conservação e restauração de objetos de arte, livros e documentos. Com o Conselho Federal de Entorpecentes em plena atuação, o Ministério deu início à definição de políticas de prevenção de tráfico e uso de entorpecentes. O Cofen participou de várias reuniões internacionais sobre tóxico e colaborou ativamente na organização da III Conferência dos Países Partes do Acordo Sul-Americano sobre Entorpecentes e Psicotrópicos, realizada em Brasília, em novembro de 1981. Os esforços no sentido de implementar o sistema nacional de arquivo fizeram-se presentes através do contrato assinado com a Fundação Getúlio Vargas, com vistas à execução de um programa

de modernização administrativa, capaz de preservar a memória nacional.

Coube ainda ao Ministério da Justiça formalizar a criação de um Grupo de Trabalho com representantes do MJ e do Ministério do Exército, para formular diretrizes que possibilitassem o funcionamento harmônico das Políticas Militar e Civil. O Ministro Ibrahim Abi-Ackel nomeou Comissão representativa da comunidade nacional para elaborar a Lei Orgânica da Polícia Civil.

O Ministério da Justiça atuou nos estudos que resultaram na Lei Complementar que elevou o Território de Rondônia à categoria de Estado, com reflexos relevantes no quadro federativo e no contexto político.

O Departamento de Imprensa Nacional, por sua vez, iniciou a consolidação dos sistema de indexação e microfilmagem do Diário Oficial, cujas fichas estão sendo distribuídas diariamente aos assinantes.

Vinculada ao Ministério da Justiça, a partir de janeiro de 1981, a Empresa Brasileira de Notícias consolidou a sua situação como agência jornalística, cobrindo praticamente o País com noticiários transmitidos em 19 capitais para cerca de 350 jornais diários.

Ministro Saraiva Guerreiro: BRASIL TEM RELAÇÕES SEGURAS COM QUALQUER PAÍS

“O Brasil tem hoje relações externas sem nenhum atrito significativo com qualquer país, com um grau de confiabilidade e de franqueza e com um respeito pelas suas posições e atitudes realmente excepcionais nas condições particularmente conturbadas do mundo de hoje. Esta é a melhor avaliação dos resultados da política externa brasileira nestes três anos do Governo do Presidente João Figueiredo”, afirmou o Ministro das Relações Exteriores, Saraiva Guerreiro.

Em termos de fatos específicos, “embora política externa não seja algo mensurável”, o chanceler identificou como realizações mais significativas, deste período, o seguinte: superação das divergências com a Argentina a respeito do aproveitamento das águas do rio Paraná; aproximação com os países do Pacto Andino; intensificação do relacionamento com os países africanos, com a superação de alguns ressentimentos e desconfianças que ainda existiam em relação ao Brasil; e maior descontração, juntamente com maturidade, nas relações com os Estados Unidos.

Dentro das diretrizes que o Presidente João Figueiredo traçou para a política externa brasileira, o chanceler Saraiva Guerreiro disse sentir-se feliz por ter procurado executar a missão da melhor maneira possível e acha que é justo e razoável reconhecer que os resultados foram bons. O Ministro das Relações Exteriores assinalou, quanto às posições assumidas pela política externa brasileira que “o que nos cabe é ser oportuno, é dizer aquilo que, em cada momento e para cada circunstância, reflete a nossa posição geral do princípio de não ir além disso sem necessidade.”

Para os próximos três anos, o Ministro Saraiva Guerreiro disse que os passos da política externa brasileira continuarão a ser ditados pelo espírito de criar confiança e de agir de uma forma descontraída. Mesmo salientando que não existem planos rígidos, “porque as futuras ações do Brasil serão determinadas pelas conjunturas interna brasileira e externa mundial”—e é em função da evolução des-

sas conjunturas que as ações se definem — o chanceler afirmou que há intenção de dinamizar as relações com os países da Ásia, uma área interessante do ponto de vista econômico. Lembrou também que o Brasil pretende explorar mais ainda as oportunidades de cooperação já existentes com os países vizinhos da América Latina, África e do Oriente médio.

Ministro Delfim Netto: NAÇÃO TEM MAIS ALIMENTOS E MAIOR LIBERDADE

Em entrevista concedida à Empresa Brasileira de Notícias, o Ministro Delfim Netto afirmou que "poucos países do mundo puderam, nos últimos três anos, garantir ao mesmo tempo, maior oferta de alimentos e maior abertura política. Pois foi exatamente isto que ocorreu no Brasil: nestes três primeiros anos de Governo do Presidente Figueiredo, os brasileiros puderam contar com oferta abundante de alimentos, maior liberdade e menor dependência externa, num mundo extremamente conturbado".

A seguir, a íntegra da entrevista:

EBN — Ministro, o Senhor poderia fazer um balanço dos três anos do Governo Figueiredo?

DELFIM — Eu creio que os três anos do Governo Figueiredo, apesar de todas as dificuldades, revelaram alguns resultados muito positivos. Em primeiro lugar, o Brasil saiu daquela crise de alimentos violenta em que nos encontrávamos. As pessoas se esquecem de que em 79 nós importávamos arroz, feijão, milho, carne, leite, manteiga, e que em dois anos de trabalho duro dos brasileiros nós voltamos a ser exportadores desses produtos. A grande verdade é que houve um substancial aumento da produção agrícola, que está sendo consumida pelo povo brasileiro; produção agrícola que resolveu, de uma certa forma, o problema da escassez aguda de alimentos. Em segundo lugar, nós manejamos a dívida extensa de forma adequada. Durante esses anos o Brasil, realmente, melhorou a sua posição externa, o Brasil ampliou as suas exportações, o Brasil administrou de forma adequada as suas contas externas, e hoje estamos navegando com muito maior tranquilidade do que há três anos atrás. Felizmente, também graças ao esforço dos brasileiros, pudemos superar o terremoto que foi a segunda crise do petróleo. Em terceiro lugar, o Brasil ajustou a sua economia às dificuldades da economia mundial. Nós somos, hoje, um país profundamente diferente do que éramos há alguns anos atrás. Estamos diminuindo a nossa dependência externa no que respeita aos

combustíveis. Estamos adquirindo a nossa capacidade de crescer autonomamente de novo. É certo que tivemos custos, que tivemos um processo de adaptação delicado, mas é certo, também que construímos um espaço importante para voltar a crescer. Esse é o desejo do Presidente Figueiredo e é isso que faremos, certamente, a partir de 82. Eu acho que o Brasil conseguiu, nesses três anos, melhorar a sua posição. Temos hoje mais alimentos e mais liberdade. Temos hoje maior disposição para continuar a enfrentar os problemas. E este é um ganho não desprezível, diante daquilo que está acontecendo no mundo. Os brasileiros têm de verificar que a situação mundial piorou de forma considerável e que são muito poucos os países que podem dizer como nós estamos dizendo, que temos hoje, realmente, mais alimentos e mais liberdade.

EBN — Ministro, a taxação dos lucros bancários. Como seria esse mecanismo de taxação dos lucros bancários?

DELFIM — Não se trata apenas de lucro bancário. O Presidente Figueiredo deseja um sistema tributário mais equânime. Ele determinou que nós estudássemos um mecanismo de transferir os eventuais lucros extraordinários produzidos também por situações extraordinárias — lucros que não decorrem nem das virtudes dos empresários, nem dos erros do Governo; lucros que são produzidos simplesmente porque acontecem coisas extraordinárias — que nós encontrássemos um mecanismo de transferir isso e que resultasse na redução do custo do dinheiro para as empresas. O que se pretende, portanto, é que as empresas comerciais e industriais, possam debitar como despesa um múltiplo das suas despesas de juros e que os lucros dos bancos acima de um certo nível sejam tributados como lucros extraordinários. Terá prazo limitado, de tal forma que a Política Fiscal faça o equilíbrio mais justo na distribuição de renda, sem perturbar o funcionamento do mercado. Isso deverá ser feito dentro de algumas semanas.

EBN — Ministro, o povo brasileiro respondeu ao seu apelo para poupar mais?

DELFIM — Eu não tenho a menor dúvida. O povo brasileiro respondeu aos estímulos criados pelo Governo Figueiredo, não só na produção agrícola; não só na expansão da produção de combustíveis internos; não apenas num trabalho mais delicado, como na ampliação da poupança, que era absolutamente necessária para corrigirmos o problema do balanço de pagamentos. Eu diria, até com uma certa ponta de satisfação, que o Brasil foi um dos países que mais melhoraram a sua situação externa no ano de 1981. Isto é um fato importante, ainda que as pessoas se recussem a compreendê-lo. Este é um fato decisivo para o nosso futuro: é do fato de termos consertado a nossa situação externa que depende realmente o desenvolvimento deste país, o desenvolvimento necessário deste país. É destes fatos, a que damos menor importância hoje, que depende a possibilidade de os nossos filhos terem um país com mais produção e com mais liberdade ainda.

Ministro Ernane Galvêas: PAÍS ESTÁ RESOLVENDO SEUS MAIORES PROBLEMAS

O Ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, ao fazer o balanço de três anos do Governo Figueiredo, disse à Empresa Brasileira de Notícias que o Brasil caminha hoje em direção à solução de seus três problemas principais: a inflação, o desequilíbrio do Balanço de Pagamentos e a crise energética.

Observou o Ministro que a escalada inflacionária, começada em 1979, já dá, neste início de 1982, nítidos sinais de arrefecimento. Há também perspectivas de reversão nas tendências do Balanço de Pagamentos, a partir do superávit da Balança Comercial, em 1981. Quanto à crise energética, o país procura contorná-la através do implemento à produção interna de petróleo, e programas energéticos alternativos, como o Proálcool e o Procarvão.

A administração do Governo Figueiredo – disse Galvêas – conseguiu, nestes três anos, progressos substanciais apesar das dificuldades conjunturais internas e externas. “Começamos com grandes dificuldades, continuamos vivendo no meio de grandes dificuldades, mas estamos gradualmente dando solução aos nossos problemas” – frisou o ministro. Acrescentou que, atualmente, além de uma tendência nítida de queda do processo inflacionário e de melhoria do Balanço de Pagamentos, observa-se a redução da nossa dependência do petróleo importado.

Em sua retrospectiva, Galvêas explicou que a inflação em 1979 foi estimulada pelos reajustes salariais bastante incisivos, principalmente na área industrial da Grande São Paulo, por uma safra agrícola deficiente e pela segunda grande alta do petróleo no mercado internacional.

O petróleo, que no início de 1979 estava cotado a 12 dólares o barril, chegou ao final do ano a 20 dólares, representando, disse o ministro, “uma tremenda inflação importada pela economia brasileira. Neste mesmo ano, o Governo resolveu investir maciçamente na agricultura como forma de resolver os efeitos negativos de uma oferta reduzida de alimentos sobre os preços, e aliviar seus reflexos do lado da política monetária. Preços maiores, principalmente de ali-

mentos, resultariam em reivindicações salariais maiores, e consequentemente em aquecimento do processo inflacionário”.

Acontece-continuou Galvãas — que os investimentos na agricultura provocaram uma forte expansão de crédito, o que criou condições para uma inflação ainda maior em 1980, cuja causa principal, porém, continuaram sendo os preços internacionais do petróleo. O Governo tentou, então, absorver esse impacto da inflação importada, mediante a contenção da taxa de juros e da correção monetária e da taxa de câmbio. Esse programa foi conduzido até setembro, paralelamente ao subsídio ao consumo dos derivados de petróleo, o que custou ao Governo, naquele ano, 150 bilhões de cruzeiros.

A partir de setembro de 1980, não sendo possível reajustar os salários na mesma proporção das correções monetárias e cambial, o Governo alterou profundamente sua estratégia de política monetária, passando a um sistema de maior liberdade nos ajustes internos, eliminando o controle de preços, liberando as taxas de juros e fazendo com que a desvalorização cambial acompanhasse de perto a correção monetária e os índices de inflação interna.

De acordo com Galvãas, essa mudança representou um impacto importante na política de combate a inflação, que depois de ter atingido 110 por cento em 1980, seu pique máximo, em março de 1981 (12%), fechou o ano em 95 por cento. Desde abril do ano passado — ressaltou o Ministro — a inflação vem se apresentando declinante. Prova disso, é que a inflação acumulada até fevereiro deste ano é de 92 por cento, o que acentua esta tendência.

Quando o Balanço de Pagamentos — disse o ministro — a causa de seu desequilíbrio foi o primeiro grande choque do petróleo em 1973, quando o preço do barril passou de dois para 10 dólares, fazendo com que as importações brasileiras mais que dobrassem em 1974, passando de 6,2 bilhões de dólares para 12,6 bilhões de dólares. Isso fez o Brasil entrar num processo de endividamento no exterior, para o qual contribuíram bastante, também, os grandes projetos realizados pelo Governo, visando o implemento às exportações ou à substituição das importações. A alta das taxas de juros internacionais-continuou Galvãas — sobre carregou de modo espantoso os orçamentos de todos esse projetos de investimentos. Além disso, o impacto das taxas de juros sobre a dívida externa brasileira onerou a Balança de Serviços do país quase que na mesma proporção do petróleo, ultimamente até com intensidade ainda maior que a elevação dos preços desse produto.

— Mas, da mesma forma que a inflação, o balanço de pagamentos, de 1979 até agora, melhorou substancialmente. Basta citar alguns números: em 1979 exportamos 15 bilhões de dólares e importamos 18 bilhões de dólares, um déficit da balança comercial de 3 bilhões de dólares. Em 1980 esse déficit se repetiu quase na mesma proporção. Mas em 1981, o Brasil exportou mais do que importou, e a Balança Comercial apresentou um superávit de 1,2 bilhão de dólares.

Acrescentou Galvésas, que este superávit é um fato muito importante porque marca o início de um processo de reversão nas tendências do Balanço de Pagamentos. Através da manutenção desse superávit prosseguiu — será aliviada a carga da Balança de Serviço, ou seja, será reduzida a nossa dependência dos mercados financeiros internacionais. “Em 1982, a situação será ainda melhor. O esperado superávit, três de 3 bilhões de dólares da Balança Comercial, vai continuar representando uma enorme contribuição para o equacionamento e reajuste do Balanço de Pagamentos do Brasil”.

Quanto ao problema representado pela crise energética, Galvésas afirmou que o Brasil nestes últimos três anos, fêz progressos substanciais para resolvê-lo. Exemplos desses progressos são estes números: em 1980 a produção média diária de petróleo era de 185 mil barris, em 1981 passou para 240 mil barris, e tudo indica que até o final deste ano a produção passe para 300 mil barris. Paralelamente ao aumento da produção interna de petróleo, as importações do produto vêm decrescendo. Em 1980, a importação média diária era de 900 mil barris; em 1981, 860 mil barris; e este ano estima-se que as importações não ultrapassem 850 mil barris diários.

Galvésas lembrou, também, que em 1979 o Brasil produzia apenas 1 milhão de metros cúbicos de álcool por ano, quando atualmente esta produção já atinge 4 milhões de metros cúbicos, com uma capacidade instalada industrial que já chega 7,5 milhões de metros cúbicos por ano. Isso significa que o Proálcool já atingiu dois terços das metas estabelecidas pelo governo para 1985. Da mesma forma que o Proálcool, o Procarvão — finalizou o ministro — é outro programa que vai merecer toda atenção das áreas energéticas do Brasil, possibilitando ao país dar um passo ainda maior na direção da economia de divisas com importações de petróleo.

Ministro Camilo Penna: INDÚSTRIA E COMÉRCIO TEM VITÓRIAS EXPRESSIVAS

O Ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Penna, em sua análise sobre os três anos de governo do Presidente João Figueiredo, enfocou as quatro prioridades setoriais das diretrizes governamentais surgidas nas reuniões preliminares do presidente com seus Ministros. Segundo Camilo Penna, as prioridades, que são agricultura, exportação, substituição energética de derivados de petróleo e a produção de bens de consumo de massa, foram levadas a bom termo nesta metade de mandato do Presidente João Figueiredo.

Em relação ao Ministério da Indústria e do Comércio, Camilo Penna disse que o MIC tomou parte ativa na fixação das diretrizes governamentais. Na área de exportação o MIC estará respondendo, neste ano de 82, por cerca de US\$ 10 milhões, pois setores como do álcool, do açúcar, da borracha, da siderurgia e do turismo estão ligados diretamente ao seu ministério. Quanto à substituição energética dos derivados de petróleo, o Ministro destacou o Proálcool e o Conserve estão aí e são realidades que ainda trarão muito orgulho ao povo brasileiro.

Assim o Ministro Camilo Penna falou sobre os três primeiros anos do Governo João Figueiredo:

Três anos é o meio do Governo. De modo que é realmente adequado que se faça agora, uma análise do que nele já se fez e o que ainda se fará. O Presidente Figueiredo, antes da sua posse, reunia-se com seus Ministros convidados, buscando traçar o programa de governo, e dos conhecimentos, das experiências e da competência do Presidente, e dessas reuniões com seus Ministros, surgiram as diretrizes de governo. Essas diretrizes muito importantes, continuarem válidas e seguidas, e na verdade, elas estão, pela opinião pública, um pouco esquecidas.

Então eu gostaria de, inicialmente, rememorar essas diretrizes, nas suas grandes linhas, porque do que eu conheço do Presidente, são diretrizes que continuam até o último dia do seu governo. Ele é um homem muito amadurecido; Sua Excelência é uma pessoa extremamente conhecida dos problemas brasileiros e ape-

na ajustará as diretrizes iniciais às novas realidades. Essas diretrizes, elas contemplavam com um conjunto coerente de prioridades; e é muito importante entendermos também, essa coerência.

Essencialmente, o conjunto, coerente, visava uma busca do país real, porque o Brasil, nos últimos anos anteriores, havia vivido numa fase de certa busca de realizações básicas para um país que se agigantava. O País tinha vivido uma fase de mocidade, digamos, de mocidade sob certo aspecto. Era órdem consolidar essas realizações iniciadas, na busca do Brasil real. Então o conjunto de prioridades traçadas, era essencialmente um conjunto pragmático, e ele visava, uma grande exportação, à substituição enérgica de derivados de petróleo e à produção de bens de consumo de massa. Vistas em termos políticos, essas quatro prioridades setoriais se traduziam em continuidade do crescimento com a sua desconcentração; e se traduziam em descentralização do poder político; e desburocratização do Estado, de espírito do serviço público e do cidadão brasileiro.

Examinando as diretrizes, o conjunto é extremamente coerente. Primeiro porque, desconcentração de crescimento anda junto com descentralização política e a abertura exige tais liberdades e capacidade do cidadão. Então, está junto com a desburocratização. Essas quatro prioridades visam atender o maior problema brasileiro, que era o balanço de pagamento, de um lado, e, de outro lado, a necessidade da continuidade do crescimento de renda e de sua melhor distribuição. Nada melhor do que agricultura, exportação, e grande quantidade de massa sub-enérgica para atender esses objetivos. Então, esse conjunto é um conjunto básico de ação do governo Figueiredo.

O MIC, que tomou parte nessas diretrizes, na fixação delas, desde o início se colocou firmemente dentro desses objetivos e me parece que nesses três anos de Governo, o MIC tem uma grande realização a mostrar dentro desses campos.

Na área de exportação, que é o grande problema brasileiro com o balanço de pagamentos, é fundamental o engajamento claro e deliberado de toda sociedade brasileira no esforço de exportação. Nós temos uma dívida pesada e temos que pagá-la, e é isso que está restringindo a vida brasileira agora.

O esforço de exportação do MIC, tem tido notáveis resultados. Em 1982, nós deveremos exportar entre café, açúcar, álcool e aço 4,5 bilhões de dólares. Pelo nosso contrato do BEFIEX, de 4 a 4,5 bilhões de dólares também. E de turismo nós deveremos captar 1,5 bilhões de dólares neste ano de 82.

Teremos, então 9 bilhões de dólares, digamos, entre BEFIEX, café, açúcar, álcool e aço e tem 1,5 bilhão de dólares de turismo. Quer dizer o MIC responde pela gerência direta em 82, de exportação, de captação de divisas, somando turismos externo, de cerca de 10 bilhões de dólares, que é um resultado importantíssimo, uma vez que o País estará exportando menos de 30 bilhões de dólares, perto de 30 bilhões de dólares. Neste campo, então, se concentra a grande parte dos nossos recursos e são grande os resultados.

Manufaturados tiveram a grande responsabilidade do crescimento de exportação nos últimos anos. As manufaturas brasileiras já respondem agora, por mais de 15 bilhões de dólares de exportações em 81, e em 82 elas caminham para 18 bilhões de dólares, entre manufaturas, automóveis, rádios, televisões, produtos altamente sofisticados de tecnologia já avançada. É preciso o Brasil se orgulhar muito disto, de ser um exportador importante de manufaturas sofisticadas no mercado mundial. Do outro lado, a exportação de café, açúcar, soja, que já não é da minha área, mas é importantíssima na área grícola. Nós estamos tirando alguma coisa dos nossos minérios ou do nosso solo agrícola para exportar.

É importante, também, preocupar-nos com obtenção de divisas externas por dois outros caminhos, pelo turismo externo, vindo ao Brasil, e pela exportação de serviços do Brasil para outros países. Isso significa que estaremos contanto com serviços, talentos, atraíndo turismo, exportando paisagem, ou seja não estaremos drenando recursos naturais mais para exportar. Então dólar obtido por cotação de serviço e com turismo, é um dólar no meu entender, mais valioso, mais rico. É muito importante que os meios empresariais se mobilizem para essas duas áreas também, atração e turismo externo e exportação de serviços para os países do mundo. Outra prioridade importante do Presidente, era agricultura, que não é meu Ministério, evidentemente, mas o meu Ministério trabalha em café, açúcar e borracha. Como já disse, nós estamos agora em 82, com o melhor ano na política geral de café dos últimos anos ou seja: quem trabalha com café está muito feliz, muito satisfeito. O produtor, o exportador e o torrador estão tendo resultados muito bons. São resultados, em grande parte, de um trabalho intenso e ativo do MIC e do IBC, particularmente nas vitórias obtidas no Acordo de Londres, e nos novos regimes de cotas e ligadas a estoques. A área açucareira sofre mais devido a pressão ser muito baixa e é conjugada o problema do álcool. De qualquer maneira estamos produzindo 8 milhões de toneladas de açúcar por ano. Quanto à borracha o Presidente Figueiredo lançou em 81 o Programa da Borracha – 3 (PROBOR-3), que vai tornar o Brasil auto-suficiente em borracha nesta década, e, espero, exportador nas décadas seguintes.

Outras prioridades do Presidente é a função energética e nisso nós respondemos por dois programas importantíssimos, o PROÁLCOOL e O CONSERVE, que este ano de 82 deverão investir 170 bilhões de cruzeiros. Proálcool visa substituir a gasolina; o Conserve visa substituir o óleo combustível nas indústrias. Ambos com grande sucesso. O Proálcool já produz esse ano quatro e meio bilhão de litros e já substitui divisas no valor ponderável de 1,5 bilhão de dólares, o que é uma contribuição importantíssima e serve muito bem ao consumidor. É preciso repetir isso amplamente, porque o consumidor está mal informado. O programa Conserve, é um programa de altíssima rentabilidade. Se o Proálcool compete com o petróleo a 35 dólares o barril, o Conserve tem rentabilidade altíssima, compete com o petróleo a 70 dólares o barril; digamos assim.

E a última prioridade do Presidente em termos setoriais, era a produção de bens e consumo de massa. Neste campo, o MIC trabalha em indústria pesada, diretamente com a siderurgia, e trabalha indiretamente com indústria privada na área de bens de consumo. Neste campo temos feito também um trabalho extenso e intenso na área de normas, padrões e no meio da produtividade. É um trabalho difícil, porque tem de mudar todo o estado de espírito, todo o universo estrutural do país, e por sua vez, temos poucos recursos financeiros e menos pessoal para isso, mas estamos avançando. Nós já estamos conseguindo alguns resultados, e, após haver duplicado os números de normas e padrões existentes no País — que nós duplicamos no último ano, passando de menos de mil para mais de dois mil — eu pretendo agora, brevemente, junto com as entidades da classe empresarial, dar uma nova aceleração, importantíssima no programa. Nós vamos fazer um trabalho conjunto com a Confederação da Indústria, Confederação do Comércio e as Federações Estaduais de Indústrias, particularmente a de São Paulo, neste sentido. É um grande programa também. Em resumo, então, eu acho que as diretrizes do Presidente são diretrizes muito adequadas à nova realidade brasileira. Elas fazem a busca do Brasil real; elas estão em andamento pleno, são coerentes no conjunto. O MIC está dentro dessas diretrizes, e dentro dela o MIC, nestes três anos, apresentou um saldo positivo das ações que eu considero que nós devemos à Nação e ao Presidente Figueiredo”.

Ministro Amaury Stabile: ELIMINADA IMPORTAÇÃO DE ALIMENTOS BÁSICOS

Com as estimativas oficiais prevendo uma safra recorde de grãos este ano, da ordem de 56 milhões de toneladas, o ministro da Agricultura, Amaury Stabile, considerou bastante positivos os resultados alcançados pelo setor agrícola nos três primeiros anos do Governo João Figueiredo.

“No início desta administração, o país registrava uma safra agrícola de 42 milhões de toneladas, tendo alcançado na safra passada aproximadamente 54 milhões de toneladas de grãos com o alimento passando a ser fator importante para a desaceleração da inflação explicou”.

— Com esses resultados, nós eliminamos a importação de alimentos básicos, ao mesmo tempo que geramos excedentes para a exportação. Hoje nem se fala mais em importar produtos como feijão, arroz, carne, leite. E para o trigo, que continuamos a importar, estamos implantando um grande programa de irrigação, principalmente no Brasil Central, para aliviarmos essa necessidade de importação, informou Stabile.

O grande mérito do bom desempenho agrícola, para o ministro Amarury Stabile, é do agricultor. “O aumento da produção de alimentos foi o grande desafio do Governo, mas graças ao trabalho do agricultor, que respondeu aos estímulos criados pelo Governo, associado ao bom tempo que tivemos, é que a produção de alimentos atingiu os índices positivos” — afirmou.

O ministro da Agricultura explicou ainda que a regularização fundiária foi outro fator que contribuiu para o bom desempenho agrícola, porque a distribuição de títulos àqueles que já trabalhavam a terra levou tranquilidade e paz para que o agricultor passasse a trabalhar em cima daquilo que é dele.

O ministro lembrou ainda que a lei do Usucapião, que dá ao agricultor a posse legal da terra em que trabalha há cinco anos, sem nenhuma constatação ou reivindicação de terceiros, atingiu diretamente o pequeno agricultor e era uma das metas preconizadas pelo Governo João Figueiredo, para levar a paz e o bem

estar social ao meio rural.

Conforme o ministro, esse grande segmento, responsável por cerca de 70 por cento da produção nacional de alimentos, teve a atenção do Governo também no que se refere ao atendimento da extensão rural sob a orientação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural — Embrater, vinculada a sua pasta. Outro mecanismo que beneficiou o pequeno produtor foi o aumento da concessão de crédito rural pelo Banco do Brasil, que aumentou de 16 por cento, no início do Governo João Figueiredo, para 37 a 38 por cento a participação do pequeno produtor rural nos financiamentos agrícolas.

Com relação ao Nordeste, o ministro lembra a criação da coordenadoria especial para aquela região, no Ministério da Agricultura. A preocupação básica, segundo ele, se voltou para a produção de sementes de grãos adaptados ao seu clima, para o estímulo à caprinocultura, para os programas de pequena irrigação, disseminando técnicas de retenção e aproveitamento racional da água, e para o reflorestamento com espécies resistentes à seca.

Ministro Cesar Cals: MODELO ENERGÉTICO BRASILEIRO APLAUDIDO NO MUNDO

Ao fazer um balanço dos três primeiros anos do Governo Figueiredo na sua área, o ministro das Minas e Energia Cesar Cals, disse em entrevista à EBN que a meta de alcançar 500 mil barris diários de produção de petróleo até ano de 1985 será alcançada, lembrando, ainda, que, na área internacional, a OPEP "está procurando também baixar sua produção de petróleo, a fim de manter os preços estáveis, tentando ver se a economia mundial volta a crescer mais aceleradamente, a fim de que ela possa aumentar os preços".

Afirmou César Cals que o Brasil espera, como país importador de petróleo, "que o produtor tenha o seu preço estável, e até possa cair", pois, "isso será muito importante para nós, porque diminuiremos nossa conta e, com esse saldo da balança comercial, daremos uma nova posição econômica para o Brasil".

É a seguinte a entrevista:

EBN — Ministro, três anos do Governo Figueiredo, três anos com o Sr. à frente da Pasta de Minas e Energia. O que é que nós podemos falar desse tempo?

CALS: — Ao iniciar o Governo do Presidente João Figueiredo, em março de 1979, o mundo atravessava o recrudescimento de uma crise de petróleo. O Presidente João Figueiredo, então, analisando esta conjuntura, determinou ao seu Ministro que procurasse estabelecer uma política energética para o Brasil, reduzindo a dependência externa do petróleo. Nós, então, no Ministério, procuramos modificar hábitos de produção e hábitos de consumo.

Foi, então, estabelecido um novo Modelo Energético Brasileiro, que devia realizar mudanças rápidas. Este Modelo foi discutido com a sociedade brasileira, desde sindicatos de trabalhadores às organizações empresariais; desde Câmaras de Vereadores ao Congresso Nacional, clubes de serviço, associações classistas, unidades militares, e foram realizados simpósios nas várias Capitais. Em novembro de 1979, estávamos prontos com o Modelo Energético Brasileiro, cujos frutos já estão visíveis.

Em primeiro lugar, e prioridade um, foi o aumento da produção brasileira de petróleo. Até março de 1979 a produção vinha em declínio e as reservas em declínio; e a Petrobrás, com seu excelente capital técnico, foi mobilizada para este novo desafio: buscar petróleo em profundidades maiores e petróleo em "off-shore" no mar, na plataforma. E a realidade é que a produção brasileira de petróleo que era de 164 mil barris por dia, já atingiu 271 mil barris por dia. As reservas brasileiras de petróleo e gás natural, que estavam também em declínio, subiram de 1 bilhão e 200 milhões de barris equivalentes de petróleo para 1 bilhão e 874 milhões de barris equivalentes de petróleo. Então, a produção cresceu, ao mesmo tempo em que as reservas cresceram.

Só no ano passado, no ano de 1981, foram descobertas 52 novas jazidas de petróleo; já no ano de 1982, cinco novas jazidas. De modo que já está assegurado que, no final deste ano de 1982, chegaremos a 320 mil barris de petróleo por dia, como produção nacional, e em 1985, 500 mil barris por dia, de petróleo nacional.

O segundo caminho trilhado foram medidas de conservação de energia. Foi feita toda uma política, buscando evitar o desperdício dos derivados de petróleo — gasolina, óleo diesel, óleo combustível, gás liquefeito etc.

O crescimento do consumo de combustíveis líquidos, que de 1969 a 1979 era de 7 por cento ao ano — isto é, 70 mil barris por dia —, passou, no ano de 1980, para zero por cento, apesar de a economia brasileira ter crescido a 8,5 por cento. E, no ano de 1981, foi de menos 8 por cento o crescimento negativo. De modo que isto fez com que todo o desperdício tivesse sido economizado graças à consciência do povo brasileiro.

O terceiro caminho seguido foi a substituição dos derivados de petróleo por outros energéticos nacionais. O Programa do Álcool foi implementado vigorosamente, e já no Governo do Presidente Figueiredo foram abertos os primeiros postos de suprimento de álcool hidratado para carros consumindo 100 por cento de álcool hidratado. Álcool substituindo a gasolina, não só pela mistura de 20 por cento, mas também pela utilização do álcool hidratado. Pela primeira vez, se faz, no mundo, automóvel consumido 100 por cento de álcool hidratado: tecnologia nacional.

Na realidade, o Programa do Álcool já está vitorioso, e a produção de álcool já está assegurada, para o ano de 1985, com projetos aprovados de 8 bilhões de litros por ano, o que equivale a 80 por cento da meta programada.

Para o óleo diesel, derivado médio, foram feitas várias substituições por energia em usinas diesel estacionárias, com programas hidrelétricos de linhas de transmissão, linhas de distribuição rural, para levantes hidráulicos, visando à irrigação, além de pesquisas e programas de substituição por óleos vegetais.

No tocante ao óleo combustível, foi estabelecido o Programa Nacional de Carvão Mineral. O carvão mineral, até o início do Governo do Presidente Figueire-

do, era um subproduto do carvão metalúrgico e as montanhas de carvão energético se acumulavam. Foi estabelecido o Programa do Carvão Mineral, procurou-se adotar tecnologias novas de mineração subterrânea, sendo fomentada a pesquisa da gaseificação de carvão em leito fluidizado e estabelecido um programa de substituição do óleo combustível na indústria cimenteira pelo carvão mineral na indústria de celulose, nas refinarias. O Programa do Carvão Mineral também já se tornou um fato; a produção já atingiu 5 milhões e 800 mil toneladas de carvão mineral por ano e já temos projetos assegurados que nos dão, no ano de 1985, 12 milhões de toneladas, o que é 75 por cento da meta programada.

Além disso, foi aprovada e iniciada a construção da primeira usina industrial de xisto, em São Mateus do Sul. Dessa usina espera-se que o primeiro módulo possa produzir 25 mil barris de óleo por dia.

Foi iniciado o programa de substituição de óleo combustível pela turfa, além de dinamizar-se o programa de energia solar para o pré-aquecimento industrial, principalmente na área do Nordeste, além de programas de florestas energéticas ou o uso da madeira em gasogênio, o uso da madeira em caldeiras multicombustíveis, o uso do bagaço de cana.

As substituições, o aumento da produção e a conservação de energia levaram a uma redução significativa da importação de petróleo. Ao início do Governo do Presidente João Figueiredo, em março de 1979, nós importávamos 960 barris de petróleo por dia, sendo que 95 por cento do Oriente Médio. Já neste momento, esta importação se reduziu para 750 mil barris por dia e deveremos atingir, ao final do ano, a redução de 750 mil para 600 mil barris por dia, o que significa uma contribuição definitiva do Modelo Energético Brasileiro para o superávit da balança comercial. No ano que passou, a economia de petróleo atingiu 2,8 bilhões de dólares. Este Modelo Energético Brasileiro, hoje, é um Modelo aplaudido e até copiado em vários países do mundo.

No tocante ao setor de energia elétrica, foi dada prioridade à interligação elétrica entre as bacias hidráulicas; definida e iniciada a construção da linha de transmissão de corrente contínua, pela primeira vez, no Brasil, de Itaipu a São Paulo, e a linha extra alta-voltagem, de 750 mil volts, também para escoar energia de Itaipu; iniciada e definida a linha de transmissão que liga o Nordeste ao Norte do Brasil; o sistema de Paulo Afonso ao sistema de Tucuruí, uma linha de 500 mil volts que já está em operação, saindo de Sobradinho, Boa Esperança, Imperatriz, Tucuruí, Belém. Só esta energia hidrelétrica substituiu 7.500 barris de petróleo por dia.

Foi dado prosseguimento a todas as usinas hidrelétricas já em construção, e passou-se à operação de Sobradinho, Paulo Afonso IV, Foz de Areia, Itumbiara. Foi dado o mesmo ritmo a Tucuruí, que está programada para início em 1984, bem como o mesmo ritmo para a binacional usina hidrelétrica de Itaipu, a maior usina hidrelétrica do mundo, que inicia a operação no primeiro semestre do

próximo ano.

Foram iniciadas e definidas várias novas usinas hidrelétricas, principalmente na região amazônica, onde temos várias termoelétricas consumindo óleo. Assim é que foram iniciadas a usina hidrelétrica de Balbina, para suprir Manaus, e a usina hidrelétrica de Samuel, para suprir Rondônia, além do início de acampamento para a usina hidrelétrica de Coutinho, em Roraima, e dos primeiros trabalhos de Cachoeira Porteira, no rio Trombetas.

O setor elétrico, também, buscando novas tecnologias, fez acordo com a Itália para desenvolver a tecnologia de ultra alta-voltagem em mil kw. E agora, também o Centro de Pesquisas da Eletrobrás procura o sistema multitarifário. Na área de energia elétrica, consciente de que o grande potencial hidrelétrico do Brasil estará praticamente aproveitado por volta do ano 2.000, foi iniciado um programa para a tecnologia do carvão mineral — termoelétrica a carvão mineral. É um programa de 10 termoelétricas de 300 negawatts, que deverão estar funcionando, todas, até o ano 2.000, todas elas com índices de nacionalização crescente.

O Programa Nuclear foi continuado, definido o ritmo de acordo com a tecnologia, com a absorção da tecnologia. A primeira usina nuclear, Angra I, está entrando em operação; e as 08 usinas de 1.300 negawatts, do acordo com a Alemanha, todas estarão operando até o ano 2.000; definido todo o ciclo do combustível nuclear e colocada em operação, já em operação pré-industrial, a usina de concentrado de urânio de Poços de Caldas; definida a tecnologia nacional do exafluoreto de urânio, pelo Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares de São Paulo; transferida da Alemanha para o Brasil a usina de enriquecimento; iniciada a construção da fabricação de elementos combustíveis.

Foi definido, também, um acordo com a Itália para o desenvolvimento tecnológico dos reatores rápidos, que usarão o plutônio que será produzido na usina de reprocessamento. Ao mesmo tempo, o Ministério criou o grupo de trabalho em que procura coordenar os 08 grupos de cientistas que, no Brasil, estudam física de plasma e fusão nuclear controlada, para estabelecer um Centro Nacional de Física e de Plasma, que deverá estudar tecnologia para o ano 2.040.

Ainda no setor de pesquisas — porque tecnologia foi a palavra-chave no Ministério: Tecnologia dos Energéticos e Tecnologia dos Minerais —, nós estamos convencidos de que, desde a crise de petróleo, quem tem energia é quem tem a força do mundo, é quem tem o poder de decisão. Energia passou a ser força, passou a ser poder. E tecnologia dos energéticos é o instrumento de uso do poder. De modo que o Brasil voltou-se para a tecnologia dos seus energéticos — todos aqueles que nós já citamos —, e fizemos e estamos fazendo pesquisa tecnológica na área da energia solar, na área da energia dos ventos, na área da maré-motriz, na área da biodigestão, na área da bioenergia. O Brasil propôs — e foi aceito pela Organização das Nações Unidas — que se estabelecessem aqui, no nosso território, centros repassadores de tecnologia para o Terceiro Mundo. O Brasil tem esta

obrigação com o Terceiro Mundo, que é de simplificar as tecnologias e colocá-las em condições de serem absorvidas pelos países do Terceiro Mundo.

Assim é que estamos apresentando projetos à ONU para estabelecer no Brasil centros de bioenergia, centros de hidrogênio, centros de vilas solares, bem como centros de silício para células fotovoltaicas.

Na área mineral, foi definido, também, que a tecnologia mineral seria o nosso caminho. O Brasil deseja deixar, ir deixando de ser exportador de matérias-primas minerais, para exportar produtos acabados e semi-acabados. Definidas as linhas de atuação pelo Modelo Mineral Brasileiro, passamos aos quatro caminhos prioritários: minerais para insumos básicos, industriais, como argilas, calcários, pedras britadas, pedras ornamentais. Temos mantido todas nossas indústrias supridas. Minerais visando à redução das importações, como o cobre, o alumínio, o ouro e fertilizantes. No tocante ao alumínio, já seremos autoprodutores em 1984 e exportadores logo em seguida. O cobre: deveremos ser auto-suficientes em 1987. O ouro: já somos auto-suficientes. O Brasil estava importando ouro, já agora podendo exportar ou aumentar nossas reservas de ouro.

Foi definida, também, uma política para metais nobres, pedras preciosas e semipreciosas. Na área de fertilizantes, fosfato já temos: há produção de fosfato equivalente à nossa demanda. O potássio: foi iniciado o projeto pela Petrobrás Mineração; em Sergipe, está sendo feito o túnel para a mineração, e devemos também iniciar projeto de potássio em Nova Olinda, na Amazônia. Enxofre: temos pesquisas no Espírito Santo e Sergipe. Quanto ao ácido sulfúrico, estão sendo desenvolvidos projetos com a pirita carbonosa, no Sul do País, e projetos para usar o sulfeto de cobre, bem como o ácido sulfúrico, a partir da gipsita. Enfim, o Brasil busca a sua mínima dependência do sub-solo alheio.

No tocante ao aumento das exportações, a Vale do Rio Doce bateu recordes de exportação de minério de ferro, em termos mundiais, enquanto a siderurgia mundial atravessou seus períodos de crise. Do manganês tem sido aumentada a exportação, bem como a do nióbio; e, já agora, preparamo-nos para a exportação de titânio.

No tocante aos minerais energéticos, a prospecção de petróleo já foi mencionada. E eu poderia acrescentar que os contratos de risco, na área de petróleo, que eram 27 ao início do Governo Figueiredo, hoje já ultrapassam 104. A empresa nacional média está agora sendo convocada para contratos de risco em terra, nas regiões de Mossoró, no Rio Grande do Norte, e Aracati, no Ceará.

A pesquisa de carvão mineral prosseguiu — de turfa, de xisto e de urânia. E o Brasil, já hoje, tem uma das maiores reservas de urânia do mundo — é o 5º em reserva de urânia; tem das maiores reservas e já pode se preparar para ser um País exportador de urânia, e exportador de urânia enriquecido.

Ainda dentro da concepção de País produtor e exportador de produtos semi-acabados, foi concebido o Projeto Grande Carajás, em que se aproveitam uma

anomalia geológica de grande número de metais, em grande quantidade, num raio de 50 quilômetros, numa área de abundância de energia, e procura-se combinar energia com minerais, para um projeto mítnero-industrial voltado para a exportação.

Mas, como a área é, também, de grande potencialidade agrícola de grãos, de oleaginosas e de madeira, procura-se combinar com o grande peso dos minérios e o baixo preço, com o pouco peso dos cereais e alto preço, para fazer transportes minerais e cereais e alcançar mercados distantes. O Projeto Grande Carajás é hoje o projeto mítnero-industrial-agrícola de maior procura do mundo, pelos países industrializados e pelos países em desenvolvimento.

Na área do ouro, nós, com outros Ministérios, estamos organizando 21 frentes de garimpo, com uma população de 150 mil garimpeiros. O resultado concreto é que saímos de uma produção registrada de 06 toneladas de ouro já para 17 toneladas de ouro e para uma produção estimada de 34 toneladas de ouro anual. Pretendemos atingir 50 toneladas de ouro no ano de 1985, entre mineração industrial e produto de garimpos.

Na área internacional, o Ministério procurou fazer com que o País, integrando-se à América Latina, fortaleça esta região. Assim, com a Organização Latino-Americana de Energia-OLADE, através de proposta brasileira, juntamente com outros países, foi estabelecido um programa latino-americano de cooperação energética, em que os 25 Ministros de Petróleo e Energia da América Latina se dispõem a estabelecer um Mercado Latino-Americano de Energia e um Mercado Latino-Americano de Tecnologia de Energia.

Os países da Região se dispuseram a só importar tecnologia forânea para esta área com relação àquilo que não for existente, não for disponível aqui, nesta grande área continental.

Desse modo, o Brasil já celebrou 52 acordos com 17 países da América Latina. E, ainda recentemente, os seis Ministros da OLADE aprovaram 33 projetos, dos quais 27 serão capitaneados pelo Brasil, fazendo uma exportação de nossos serviços de engenharia, dos nossos serviços técnicos e dos nossos equipamentos. É uma responsabilidade que o Brasil tem para com a América Latina.

Nesse sentido, está sendo criada uma trinacional do petróleo: Brasil, Venezuela e México, através da Petrobrás, a Pemex e a Petróleo Venezuelano S/A vão-se constituir numa empresa para fazer exploração de petróleo e até produção de petróleo, na América Latina. Os primeiros contratos devem ser celebrados com o Equador e com a Guatemala. Esta empresa difere das multinacionais de petróleo, porque ela também vai capacitar as empresas dos vários países da América Latina.

Essa mesma política foi feita com a África, e já temos acordos de pesquisas ou de transferência de tecnologia com 15 países africanos, com alguns países do mundo árabe e alguns países asiáticos. O Brasil se transformou, portanto, num

elo de ligação — na área de energia e mineração — entre países do Norte e países do Sul, países industrializados e países em desenvolvimento.

O Ministério teve uma amplitude muito grande face à pluralidade dos energéticos, à diversificação dos energéticos e à diversificação das atividades minerais, bem como atividades do campo externo, muito grande — apoiado pelo Ministério das Relações Exteriores.

Em síntese, foram três anos de trabalho árduo, mas trabalho com apoio da Nação brasileira, e com resultados muito concretos.

A produção mineral, por exemplo, no ano de 1981, cresceu 20 por cento em dólar, quando o desempenho da economia brasileira não foi dos mais brilhantes. De modo que o Ministério tem tido a resposta dos estímulos que tem dado e tem buscado a sua integração, não só com outros Ministérios, com os Governos estaduais, com a iniciativa privada, mas também com os trabalhadores, com aqueles que fazem os sindicatos dos trabalhadores na área do Ministério. Pessoalmente, temos estado com o sindicato de produtores autônomos, com o sindicato de eletricitários, com o sindicato dos petroleiros, procurando discutir com os trabalhadores quais os seus anseios, quais suas reivindicações, qual o caminho a seguir, inclusive, ouvindo suas opiniões sobre os projetos do Ministério.

Também com a universidade o Ministério tem desenvolvido um amplo trabalho de conferências, mostras nas universidades e dialogado com a juventude, levando a sua mensagem de otimismo, a sua mensagem de fé neste País — um País que tem um encontro marcado para ser uma grande potência e que, na área mineral e energética, já é, hoje em dia, um País ouvido em todos os quadrantes do mundo.

EBN: — O Sr. poderia detalhar os objetivos do Governo em relação aos garimpos e especificamente, ao ouro, que é um mineral bastante popularizado, hoje em dia, graças à atuação do seu Ministério?

CALS: — O Governo, como um todo, através de vários Ministérios, tem procurado integrar os garimpeiros à sociedade brasileira, dando-lhes uma assistência técnica e uma assistência social e sanitária; procurando que os garimpeiros tenham o seu trabalho reconhecido, justamente reconhecido. Os garimpeiros vinham tendo o seu trabalho muito aviltado. Procuramos informar tecnicamente o garimpeiro, mostrar-lhes o perigo de uma garimpagem sem condições, que pode provocar desmoronamentos; dando-lhes infra-estrutura, e, também, fazendo todas as campanhas de vacinação sanitária; procurando, através daquele detentor do alvará de pesquisa, fazer a compra pelo preço justo, estabelecendo agências bancárias, dando disciplina aos vários garimpos. A prioridade do Brasil é a mineração industrial, e não o garimpo. Mas o garimpo é um fato social que nós queremos transformar num fato econômico. A política do Ministério é transformar o garimpeiro num pequeno minerador, inclusive com algumas aparelhagens mais rústicas, mais simples; mas que o garimpeiro possa ter um maior rendimento do

seu trabalho do que tão somente com o uso da batéia.

EBN — Com a política observada atualmente no mundo, de queda acentuada nos preços do petróleo, o Sr. imagina que esses preços vão se manter sempre em baixa ou poderão ter uma nova alta? E, em face da flutuação que está havendo, qual a política do Ministério, do Governo, em relação à aquisição de petróleo no Exterior e à formulação de novos contratos?

CALS: — Na realidade, no mundo existe, neste momento, um superestoque de petróleo, porque todos os países do mundo procuraram, face à crise de petróleo, acelerar seus projetos de prospecção de petróleo em águas mais profundas, fazer projetos de economia de energia e de substituição.

A OPEP, que vem acompanhando isso em todos os momentos, está procurando também baixar sua produção de petróleo, a fim de manter os preços estáveis — no mínimo manter os seus preços estáveis; procurando ver se a economia mundial volta a crescer mais aceleradamente, a fim de que ela possa aumentar os preços. Esta é a política da OPEP.

Como País importador de petróleo, o Brasil espera que o petróleo tenha o seu preço estável, e até possa cair. Isso será muito importante para nós, porque diminuiremos nossa conta de petróleo e, com esse saldo da balança comercial, daremos uma nova posição econômica para o Brasil.

No tocante à política brasileira de suprimento de petróleo, de acordo com o Presidente João Figueiredo, nós buscamos a diversificação das fontes de suprimento. O Brasil, que consumia 85 por cento do seu petróleo importado — sendo que 90 por cento desse petróleo importado vinha do Médio Oriente —, tem feito novos contratos visando à diversificação: com a América Latina, com a África e com outros países da Ásia. De modo que, em 1985, esperamos estar consumindo apenas 33 por cento de petróleo importado, e, desses 33 por cento, menos da metade venha do Médio Oriente. Isso significa que não só o preço é um fator condicionante das nossas importações; nós queremos ter segurança e confiabilidade no suprimento de petróleo. Por isso, queremos diversificar as áreas geográficas de onde vem o petróleo. Esta é a política nacional de suprimento de petróleo.

EBN: — O Sr. falou, várias vezes, que o Modelo que implantou no Ministério sempre seria um Modelo dinâmico e sujeito a adaptações. O Sr. já sentiu necessidade de adaptá-lo? Nesse caso, quais são os objetivos maiores para os próximos três anos de Governo?

CALS: A energia é realmente dinâmica. A vantagem do nosso Modelo é ter uma pluralidade de energéticos, uma diversificação de energéticos. De modo que, quando um programa, por acaso, tem atraso, o outro programa se dinamiza. Nós, neste momento, estamos querendo dar uma grande ênfase à energia solar e uma grande ênfase à bateria elétrica, para mover carros elétricos. E estamos querendo iniciar os programas de óleos vegetais, dando ênfase à utilização da madeira no

campo da substituição dos derivados de petróleo. Procuramos fazer com que a turfa e o xisto passem a ser, também, explorados pela iniciativa privada. Pela primeira vez no Brasil, se está tendo uma consciência do estabelecimento de uma rede de gás natural. Procuramos, neste momento, utilizar o gás localmente, com pequenas utilizações, para depois poder interligá-lo com o gás natural, como agora estamos fazendo com a Bacia de Campos. Porque o gás natural, dentro de poucos meses, estará suprindo e substituindo o óleo combustível, no Rio de Janeiro. Estamos vendo a compra de gás natural da Bolívia e da Argentina, para estabelecer uma rede de gás natural e gás combustível, gás de carvão e gás de madeira. No tocante à área mineral, a nossa grande ênfase, neste momento, é evitar que alguém fique sentado na mina. Nós não concordamos que as empresas tenham o alvará de pesquisas, ou decretos de lavra, e não entrem para a mineração. Nós queremos os nossos minerais a serviço da população.

Há empresas que têm esses alvarás e não fazem a pesquisa de mineração, ou por falta de capacidade financeira ou por simples especulação, esperando melhor preço para os minerais. Outras empresas têm reservas minerais, mas não querem produzir, para não competir com produções de suas congêneres no Exterior.

O setor mineral, acredito, é uma grande solução para o Brasil. Pensamos que a solução do nosso subsolo, não só ajudará em muito o pagamento da nossa dívida externa, mas até teremos um grande superávit no setor mineral. Acreditamos que no nosso subsolo está uma grande esperança para o Brasil: é o subsolo energético, para minerais energéticos, e o subsolo para os minerais que são necessários para os vários países do mundo.

Esta é a grande ênfase do Ministério nos anos que se seguem. Estamos certos, em termos concretos, de que no ano de 1985 a nossa importação será reduzida de 1 milhão de barris por dia para 500 mil barris por dia; e nossa produção mineral, ou seja, 33 por cento do consumo naquela época, terá sido reduzido o déficit de 7 bilhões de dólares, do início do Governo Figueiredo, para 2,2 bilhões de dólares no ano de 1985.

Ministro Walter Pires: TRANQUILIDADE NA EVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA

Tranquilidade e harmonia foram os fatores destacados pelo ministro Walter Pires, do Exército, em mensagem à EBN – Empresa Brasileira de Notícias, alusiva aos três anos do governo Figueiredo, completados no dia 15, de março. O Ministro reiterou o papel das Forças Armadas de defesa da Pátria e de garantia dos poderes constituídos, da Lei e da Órdem.

Segundo a mensagem, o Exército tem como dever manter-se em condições de cumprir essa destinação constitucional, atingindo um grau adequado de operacionalidade, “compatível com a nossa extensão territorial e a posição que ocupamos no cenário internacional”.

Walter Pires explicou que ao pôr em prática os projetos e programas do Exército, estabelecidos após uma análise da conjuntura nacional realizada no início do atual Governo, considerou as dificuldades econômicas do país, os limites dos recursos orçamentários disponíveis, as restrições ao consumo de derivados do petróleo. Nesse sentido acrescentou que até aqui a reorganização e reaparelhamento do Exército “vem se fazendo com determinação, tendo sido até o presente, atingidas as metas estabelecidas nos diferentes projetos e programas”.

O Ministro do Exército considerou que o período vem se caracterizando “pelo esforço e pertinácia na consecução dos objetivos fixados, não obstante as dificuldades decorrentes da imposição de compatibilizar a aplicação de recursos escassos com a necessidade de obtenção de maior operacionalidade”. Ele lembrou que o Exército Brasileiro é um dos menos onerosos do mundo, se considerada a área geográfica do país, a população e a extensão de suas fronteiras.

Walter Pires observou, ainda, que o Exército se associa “às manifestações de Júbilo” pelas comemorações do terceiro aniversário do Governo Figueiredo.

Na íntegra, a mensagem do Ministro do Exército:

“No momento em que o Governo João Figueiredo completa três anos, regozijamo-nos todos pelo ambiente tranquilo e harmônico em que a data transcorre,

cabendo-me destacar as principais atividades do Exército Brasileiro no período.

As Forças Armadas destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem.

O Exército, portanto, tem o dever de manter-se em condições de cumprir a sua destinação constitucional, o que significa afirmar: deve atingir um adequado grau de operacionalidade, compatível com a nossa extensão territorial e a posição que ocupamos no cenário internacional.

O triénio considerado foi marcado por expressivos acontecimentos nos campos político, econômico e social, que repercutiram com intensidade, nos principais trabalhos desenvolvidos pelo Exército.

Ao iniciar-se o atual Governo, determinei a realização de uma análise da conjuntura nacional, objetivando orientar os altos órgãos administrativos da Força nos estudos e providências a serem postos em prática no curso de minha gestão.

No exame feito, considerei as dificuldades econômicas do País, os limites dos recursos orçamentários disponíveis, as restrições ao consumo de derivados do petróleo e a obtenção prioritária, em nosso parque industrial, do equipamento e material necessários ao funcionamento da Força Terrestre.

As medidas e providências consideradas mais urgentes foram consubstancials em Notas Ministeriais, com o propósito de atenuar ou eliminar barreiras existentes, e permitir ao Exército continuar atuando com eficácia no cumprimento de sua missão.

A reorganização e reaparelhamento do exército vem se fazendo com determinação, tendo sido, até o presente, atingidas as metas estabelecidas nos diferentes projetos e programas.

O período vem-se caracterizando pelo esforço e pertinácia na consecução dos objetivos fixados, não obstante as dificuldades decorrentes da imposição de compatibilizar a aplicação de recursos escassos com a necessidade de obtenção de maior operacionalidade.

Cumpre lembrar que o nosso Exército é, indubitavelmente, um dos menos onerosos do mundo, considerando-se a área geográfica do País, sua população e a extensão de suas fronteiras.

Nesta hora, como Ministro do Exército, desejo expressar a confiança que deposito em cada um dos integrantes da Instituição, certo de que continuarão a superar os obstáculos atuais, com trabalho, perseverança, coragem e criatividade.

O Exército Brasileiro se associa às manifestações de júbilo, na oportunidade em que se comemora o terceiro aniversário do Governo liderado pelo Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, a quem cabe a sublime incumbência de conduzir a Nação nessa decisiva etapa de sua evolução democrática.”

Ministro Dêlio Jardim de Mattos: FORÇA AÉREA COM ALTO ÍNDICE DE NACIONALIZAÇÃO

A frota da Força Aérea Brasileira tem, atualmente, 66 por cento de aviões brasileiros, revelou o Ministro Dêlio Jardim de Mattos, da Aeronáutica, ao fazer um balanço dos três primeiros anos do Governo Figueiredo.

Na área operacional, — explicou o Ministro, — foram adquiridas novas aeronaves da Embraer, tipos "patrulha" e "T 27", desenvolvido o "Brasília", que será o substituto do "Bandeirante", além do desenvolvimento do "AMX", um avião em fase de projeto.

Novas modalidades de passagens em benefício do usuário — o Vôo Econômico Noturno — e a renovação da frota convencional foram, na opinião do Ministro da Aeronáutica, os aspectos mais importantes ocorridos na área de aviação civil, neste período.

Na área de infra-estrutura, o Ministro da Aeronáutica destacou, dentro do setor portuário, a construção do aeroporto de São Paulo, e do de Belo Horizonte, como também melhorias nos aeroportos de Belém, Fortaleza e Recife.

O Ministro Dêlio Jardim de Mattos falou também sobre o Plano Social desenvolvido na Aeronáutica, pelo qual, nos três anos de Governo, foram entregues 1.500 casas. "Hoje não falta casa para ninguém em Campo Grande, Manaus, Fortaleza ou Salvador", comentou. "E até o meio do ano não vai faltar também no Recife". Segundo explicou, mais 2.500 casas então em fase de construção, projeto ou licitação.

Ministro Maximiano da Fonseca: NACIONALIZADO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO NAVAL

O programa de construção naval, que deu ênfase à nacionalização do material, foi, disse o Ministro da Marinha, Maximiano da Fonseca, um dos fatos mais importantes ocorridos nos três primeiros anos do Governo do Presidente João Figueiredo.

Dentro desse programa, acrescentou o Ministro, já foram entregues três navios para a Escola Naval, estando em fase final de construção quatro navios balizadores, todos projetados e feitos no Brasil.

Além disso, prosseguiu, está em fase final um projeto de corveta – a meta é fazer uma série – cuja construção deverá ocorrer ainda este ano. E, finalmente, a construção do submarino brasileiro está prevista para até o final do ano.

Na parte de pessoal, o Ministro Maximiano da Fonseca destacou a criação do Corpo Feminino da Marinha, “inteiramente nascido e desenvolvido neste Governo e com grandes resultados até o momento”. Outro destaque, segundo o Ministro, foi a criação do Quadro Especial de Sargentos.

Acrescentou o Ministro que, ainda dentro da assistência ao pessoal, além do serviço de saúde, estamos desenvolvendo um plano habitacional, juntamente com o BNH, que visa a dar a casa própria para todo o pessoal da Marinha. Até o momento, foram construídos, aproximadamente, oito mil casas”.

O Ministro Maximiano da Fonseca anunciou também que ainda neste semestre uma exposição de motivos, solicitanto a criação da Guarda Costeira do Brasil, será enviada ao Presidente João Figueiredo.

Disse o Ministro, que o estudo preliminar está pronto, faltando agora somente a autorização do Chefe do Governo para elaboração do documento final, trabalho que envolve diversos Ministérios.

Ao justificar a necessidade de criação da Guarda Costeira, o Ministro Maximiano da Fonseca disse que “é muito simples: em terra, temos a Polícia Rodoviária, Polícia Federal e Polícia Militar. No mar, não há polícia”.

— Isto porque — prosseguiu o Ministro — ao contrário do que muita gente pensa, a Marinha não é polícia, o Exército não é polícia. A polícia do mar não existe, como na Argentina e Uruguai que têm as prefeituras marítimas e os Estados Unidos, a guarda costeira.

No Brasil, na realidade, nós não temos uma polícia marítima organizada, acrescentou o Ministro, lembrando que o Ministério da Fazenda tem algumas lanchas tomando conta do contrabando, mas o espaço a ser guardado é muito grande.

Ministro Hélio Beltrão: DESBUROCRATIZAÇÃO JÁ É UMA CONQUISTA POPULAR

Ao fazer um balanço dos três anos do Governo Figueiredo, o Ministro Hélio Beltrão disse à EBN que, na área da desburocratização as medidas até aqui adotadas vão desde a eliminação de atestados de todo o tipo e dispensa de recolhimento de firma, à simplificação da carteira de motorista, redução de documentação para os pequenos financiamentos e “comprovação de que a pessoa que tem um nome não é aquela outra pessoa com o mesmo nome, que cometeu vários delitos”.

E acrescentou:

— Em suma, são mais de 200 medidas que abrangem não só as pessoas físicas, principalmente, as pequenas, como as empresas, principalmente as pequenas. E também os municípios, principalmente os pequenos.

Mas, segundo o Ministro Beltrão, o mais importante a considerar é que a desburocratização é um trabalho de mudança cultural, a ser feito na cabeça das pessoas, a longo prazo. Para ele, a maior vitória do Programa Nacional de Desburocratização consiste no fato de que hoje, “sem sombra de dúvida”, a desburocratização, a idéia de simplificação, é uma conquista popular:

— O povo já cobra isso nas repartições, já exige isso nas filas, nos balcões, em toda a parte. E é essa tomada de consciência que vai desburocratizar o País. Porque isso não se vai fazer em um ano, nem em dois anos, nem em três anos, nem em 10 anos. Porque isso tem 400 anos de existência. Então, é necessário ter confiança na opinião pública, além de conseguir decretos leis.

O Ministro Hélio Beltrão considerou finalmente que o Programa de Desburocratização não só atingiu a opinião pública, mas recebeu também a adesão dos Estados e dos Municípios: os governos estaduais e muitos municípios do interior estão reproduzindo, para as suas repartições, quase todas as medidas adotadas a nível federal.

Ministro Rubem Ludwig: FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

“Eu peço a todos os que, direta ou indiretamente, participam do processo educacional que reflitam um pouco sobre as dimensões dessa tarefa, que correspondem às dimensões do País. Se somos um País em desenvolvimento é porque os nossos recursos são ainda escassos. Peço, ainda, que haja um clima de confiança, não nos titulares, mas na tarefa e na Nação, porque a educação é uma obrigação de toda a sociedade brasileira”.

Foi o que afirmou o Ministro da Educação e Cultura, Rubem Ludwig, ao fazer um balanço da política educacional nos três anos de Governo Figueiredo.

Disse o Ministro que o Presidente Figueiredo, ao assumir o Governo, baixou diretrizes, no setor de educação, cultura e desportos definindo o que pretendia obter nessa área. Uma primeira condicionante de todas as ações foi logo constatada: o problema econômico e financeiro. Através de suas diretrizes, o MEC já tinha delineadas as ações que se voltavam para as periferias urbanas e para as áreas mais carentes.

Através da redefinição de prioridades, a educação básica foi enfatizada, e durante o ano de 1981 este ensino foi planejado, iniciando-se em 82 a sua execução.

Afirmou o Ministro que “as ações do ensino básico e as atividades culturais, bem como as ações integradas do desporto já haviam sido definidas como prioritárias, mas que estavam sendo prejudicadas por falta de recursos, o que, aliás, era uma constante em todos os setores do Governo. Em 1981, decidiu o Presidente alocar maiores recursos para o Ministério, o que permitiu ações concretas este ano”.

Nesta retrospectiva das ações do Governo Figueiredo, no âmbito da política educacional, lembrou o Ministro Rubem Ludwig que em 1981 o Presidente determinou, pelo, decreto 86.000, que os novos cursos de ensino superior a serem implantados aguardassem até dezembro de 82. Enquanto isto, está sendo

feito uma reavaliação do ensino superior, muito acelerado na década de 70, impondo agora uma avaliação de suas linhas de expansão, para que ele seja adequado à realidade brasileira.

A reforma estrutural da universidade, disse o Ministro, é um reclamo muito antigo. "Como tudo neste País evolui rapidamente, os fatos vieram a indicar que a universidade precisa também de uma adaptação a essas novas condições que o País atravessa. O objetivo da reforma é a melhoria da qualidade e uma adequação da universidade à sua realidade, ou seja, a realidade na qual ela está inserida. Não creio que tenha muito sentido que se busque estruturar uma universidade no Piauí ou no Amazonas da mesma forma que estruturamos uma universidade no Estado do Paraná, Rio Grande do Sul ou Santa Catarina. São realidades diversas".

O grande desafio a enfrentar neste Governo, observou o Ministro Rubem Ludwig, é o fato confirmado pelo Censo de 1980, de que sete milhões de crianças estão fora das escolas, à margem do sistema escolar.

Acrescentou que todas as medidas de racionalização da estrutura do Ministério, buscando também a economia de recursos, estão sendo destinadas à educação básica, para eliminar o déficit. Não só os sete milhões sem escola preocupam o Ministro, mas também o drama da evasão e repetência na primeira série do primeiro grau, fazendo com que em torno de 50 por cento dos que ingressam na primeira série não a concluam. "Estes passam a engrossar os sete milhões, constituindo-se num quadro da mais alta gravidade" Acentuou.

O Ministro fez um apelo a toda a Nação brasileira, salientando que a tarefa da educação não é apenas uma tarefa do Governo mas da sociedade, da Nação, como um todo, inclusive daqueles que, por circunstâncias favoráveis, chegaram ao ensino superior.

Ministro Jair Soares: PREVIDÊNCIA ATINGE A 105 MILHÕES DE BRASILEIROS

Ao fazer um balanço dos três anos do Governo Figueiredo no setor da Previdência e Assistência Social, o Ministro Jair Soares ressaltou o desempenho de todos os órgãos integrantes do SINPAS durante o período, ao final do qual o Sistema já protege a 105 milhões de beneficiários em todo o país.

Declarou o Ministro: — Foram três anos de Governo, de intensos trabalhos no sentido de reorientar a ação de determinados setores da Previdência, em defesa da saúde do povo, através de uma rígida campanha de racionalização de serviços e contenção de despesas. Três anos de muitas realizações para a Previdência, que atinge hoje a 87 por cento dos brasileiros. Posso afirmar ainda que, à custa de muito esforço e dedicação, conseguimos superar a quase totalidade das metas traçadas para o período.

Quando assumiu o Ministério em 1979, Jair Soares estava certo da necessidade de melhorar a qualidade dos serviços previdenciários prestados à população. Por outro lado, sabia também ser imperioso mudar a imagem da Previdência, cuja responsabilidade de prestar assistência médica, odontológica, hospitalar e social a uma massa de beneficiários que vem se ampliando rapidamente, é cada vez maior.

Consciente de que o trabalhador brasileiro paga os serviços prestados pela Previdência, o Ministro desde o início de sua gestão, tem tomado medidas para a contenção de despesas supérfluas. Ao mesmo tempo, adotou providências administrativas e judiciais para a cobrança das dívidas e de combate às fraudes contra o INAMPS e o INPS, visando resarcir os cofres previdenciários dos prejuízos que, ao longo dos anos, vinha sofrendo.

Lembrou o Ministro que nestes três anos, só em benefícios, o INPS gastou um total de 1,6 trilhão, encerrando o ano de 81 com quase 8,5 milhões de benefícios em manutenção, contra 7,5 milhões em 79 e 7,7 milhões em 80. Isso significa que as despesas com benefícios — preocupação maior do Sistema Previden-

ciário —, representam 70 por cento do orçamento global do SINPAS. O fato é que os benefícios estão sendo reajustados duas vezes ao ano, o que levou a Previdência à necessidade de buscar novas fontes de recursos para o custeio desse elevado volume de encargos.

Além da concessão e manutenção de benefícios previdenciários, o INPS desenvolve ainda um trabalho complementar e paralelo em outras áreas, como a de reabilitação profissional. Outra atividade complementar do INPS é o Serviço Social, que realiza uma assistência individualizada, com visitações domiciliares e atendimentos que vão desde a regularização de documentos até o auxílio financeiro.

Com a finalidade de facilitar o acesso dos beneficiários aos seus direitos, a Previdência expandiu os seus serviços. Nos últimos três anos foram criadas Representações, Postos de Atendimento Previdenciário Integrado (PAPI) e Agências em diversas Unidades da Federação.

O INPS vem desenvolvendo ainda vários projetos para a melhoria e agilização do atendimento à sua imensa clientela. Para diminuir a carência de pessoal, principalmente especializado, teve início em 81, para ser ampliado em 82, um programa de treinamento dos funcionários do Instituto, especialmente daqueles que atendem diretamente ao público.

Com o programa de atendimento, que prevê a realização de cursos de aperfeiçoamento e habilitação para servidores de todas as agências da Previdência Social no País, será possível obter maior eficiência e melhor qualidade nas informações.

Observou o Ministro Jair Soares que o programa é uma forma de levar os servidores da Previdência a demonstrarem mais respeito e interesse pelos problemas dos segurados, prestando-lhes um atendimento mais rápido, eficiente e humano, contribuindo para solucionar um dos maiores problemas enfrentados pelo INPS: as filas.

Na parte da assistência médica, o Ministro considerou a criação do CONASP — Conselho Consultivo de Administração da Saúde Previdenciária —, por decisão do Presidente João Figueiredo, como o acontecimento mais relevante desde que assumiu o cargo.

Através do CONASP, que ficou incumbido de identificar e surgir medidas de controle e contenção de gastos nos serviços médicos, especialmente os prestados pela rede privada, será possível ao INAMPS exercer um controle mais rígido no seu crescimento.

O INAMPS prestou, nestes três anos, com recursos da ordem de 606,4 bilhões, um trilhão 132 milhões de atendimentos em todo o País, entre consultas médicas, odontológicas, serviços auxiliares — diagnósticos e terapia, e internações hospitalares.

A perspectiva é de ver esses números estabilizados ou mesmo diminuí-

dos em 82, com as medidas sugeridas pelo CONASP, destinadas a racionalizar os procedimentos médicos de alto custo, além de várias outras providências que já começaram a ser praticadas.

Ainda na parte da assistência médica, destaca-se a contribuição do Programa de Informação ao Públíco junto ao INAMPS. Com o objetivo de centralizar a prestação de informações aos beneficiários, orientando toda a clientela do SINPAS sobre os procedimentos que deve adotar para obter seus direitos e sobre locais e unidades onde são prestados os serviços e benefícios dos órgãos do Sistema, o Programa teve um desempenho expressivo nestes últimos anos.

Acrescenta Jair Soares que as realizações da Previdência no campo social nestes três anos se revelaram bastante expressivas. Somente em 1981, através da Legião Brasileira de Assistência (LBA), com investimentos da ordem de 13,4 bilhões de cruzeiros, foram prestados 13,7 milhões de atendimentos em todo o País.

Seguindo a política administrativa de contenção de despesas e racionalização de serviços, a LBA tem conseguido a cada ano, com gastos menores, maior rendimento na execução de seus programas de assistência ao menor, à família, aos excepcionais, aos idosos, ao nutricional, de legalização do homem, de educação para o trabalho, do voluntariado e de ações de saúde. O Programa Nacional de Voluntariado (PRONAV) presta à comunidade serviços de natureza simples, objetivando atender às necessidades comuns da população carente.

Ministro Waldyr Arcoverde: REDE BÁSICA DE SAÚDE COBRE O PAÍS

O Ministro da Saúde, Waldyr Arcoverde, ao fazer através da EBN, um balanço das atividades realizadas pelo seu Ministério nos três anos do Governo João Figueiredo, destacou os resultados das Campanhas de Vacinação realizadas em 1981 que “foram bastante satisfatórios”. Explicou que a última Campanha Nacional de Vacinação contra a Poliomielite, efetuada em duas etapas, alcançou um índice superior a 90 por cento de cobertura na faixa etária de zero a cinco anos de idade.

Quanto às Campanhas de Vacinação contra o Sarampo, Difteria, Tétano e Coqueluche, o Ministro Arcoverde afirmou que “o Ministério da Saúde, através das Secretarias Estaduais, obteve um êxito muito grande, uma vez que, sendo estas vacinas injetáveis, nós vacinamos muito próximo de 80 por cento da população exposta ao risco de adoecer”.

Com relação às mudanças ocorridas em seu Ministério desde que assumiu o cargo, o Ministro explicou que as modificações foram mais de ordem tática, devido às funções já serem bem definidas. Acrescentou como exemplo, Arcoverde que, “nos últimos anos, foi criado o Programa de Serviços Básicos de Saúde-PREV-SAÚDE, que teve início no Nordeste e posteriormente se estendeu a todo o País, oferecendo um serviço de expansão de ações de saúde a toda a população brasileira, principalmente a interiorana”.

O Ministro lembrou também que “a Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária obteve um impulso muito grande com a criação do Instituto Nacional de Controle de Qualidade de Drogas, Alimentos e Medicamentos, que tem a finalidade de assegurar a boa qualidade desses produtos”. Observou que nesta área foi desenvolvido um sistema de fármaco-tóxico-vigilância, que consiste em dar segurança na utilização dos produtos existentes no mercado.

Disse o Ministro que a Secretaria de Vigilância Sanitária, além de estar realizando avaliação de todos os medicamentos cadastrados e registrados no

Ministério, desenvolve na área da pesquisa, uma reorientação no sentido de buscar fármacos dentro do panorama nacional.

Dentre outras atividades, continuou o Ministro, desenvolvemos, nestes últimos anos, um sistema Pró-Sangue com a implantação de uma série de Hemocentros em todo o País. Acrescentou que outra atividade em desenvolvimento pelo Ministério, através da Fundação Oswaldo Cruz, se refere ao campo da tecnologia, em termos de produção de vacinas contra o Sarampo, além da vacina contra a Febre Amarela e também o controle de qualidade da vacina contra a Poliomielite.

O Ministro Waldyr Arcoverde, ao falar sobre as perspectivas da área da Saúde para os próximos anos, disse que a meta é estender a cobertura da rede Básica de Saúde a toda a população brasileira. "Para se ter uma idéia nós crescemos, em termos de rede básica de saúde, 75 por cento, sendo que dos 3.991 municípios brasileiros, apenas 391 não têm, hoje, uma unidade de saúde".

— Explicou.

"O Ministério da Saúde, — continuou Arcoverde — deseja que nos próximos anos, tenhamos a população brasileira vacinada contra todas as doenças passíveis de controle através de agentes imunizantes, além de estarmos desenvolvendo esforços no sentido de um combate mais demorado e seguro das grandes endemias, principalmente da malária, febre-amarela, esquistossomose e doença de Chagas".

O Ministro Arcoverde disse ainda que o Ministério tem desenvolvido esforços para ampliar o Programa de Alimentação e Nutrição "a fim de cobrir todas as necessidades das populações carentes do nosso País".

Ministro Mário Andreazza: OBRAS SOCIAIS ATENDEM REGIÕES MENOS DESENVOLVIDAS

O Ministro do Interior, Mário Andreazza, garantiu que, até o final de sua gestão, conforme determinação do Presidente João Figueiredo, as ações sociais do Ministério, além de concorrerem para reduzir o grau de pobreza do povo brasileiro – através de uma melhor distribuição de renda e de oferta de moradias condignas –, contribuirão para acelerar o processo de desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas do País.

Andreazza enfatizou a intensificação dos programas de desenvolvimento regional, de cunho social e urbano, acrescentando que “essa intensificação, iniciada no ano de 1979, vem-se consolidando cada vez mais em benefício da população brasileira, notadamente a de baixa renda”

– No Brasil disseram o Ministro – nos anos que antecederam o atual Governo, foram concedidos 2.113.044 financiamentos, ao passo que, somente no triênio 1979/1981, o BNH já havia contratado 1,4 milhão de novas habitações, beneficiando 7 milhões de pessoas.

Revelou, ainda, que, no Nordeste, foram aplicados, até março de 1979, em habitação, de Cr\$ 100,6 bilhões e que, até abril do ano passado, o Banco Nacional da Habitação já havia investido Cr\$ 104 bilhões, representando 102,3 por cento das aplicações anteriores.

Acentuou o Ministro a gradativa presença do Ministério do Interior na grande maioria dos municípios brasileiros, afirmando:

“Com o Programa de Assistência aos Municípios (PAM), atingiremos a totalidade deste País. Somente o BNH, de 1979 a 1981, beneficiou 1.411 municípios brasileiros e, no passado, 481 localidades foram atendidas com programas habitacionais. No Nordeste, região prioritária neste Governo, o POLONORDESTE atendeu a 742 municípios; o Projeto Sertanejo a 508; o Programa de Apoio à População Pobre das Zonas Canavieiras do Nordeste, a 133 e o Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos, a 789 localidades.

O Ministro Mário Andreazza destacou a atuação do PLANASA (Plano Nacional de Saneamento), que, até o final do ano passado, havia beneficiado a 2.484 municípios, através de projetos de abastecimento de água, representando mais de 60 por cento do total dos municípios do País e cerca de 80 por cento de sua população urbana.

E declarou ainda Andreazza: — Continuaremos com o firme propósito de desenvolver o interior deste País, mediante ações que propiciem o saneamento, a preservação do meio ambiente, a proteção às comunidades indígenas, a oferta de moradias, a industrialização no Nordeste, a ocupação produtiva da Amazônia, com preservação de seu vasto patrimônio natural, o desenvolvimento urbano, enfim, todos os benefícios que uma população pode se orgulhar de possuir.

No Nordeste, no período 1979/1981, destacou-se o desenvolvimento rural integrado, beneficiando particularmente a região semi-árida e os pequenos produtores rurais. Cerca de 1,5 milhão de trabalhadores rurais se encontram diretamente beneficiados a partir da atuação do POLONORDESTE; da pequena irrigação a cargo do Projeto Sertanejo; dos grandes projetos de irrigação do DNOCS e da CODEVASF; do Programa de Recursos Hídricos da assistência às populações atingidas pela seca.

Destaca-se, ainda, na região nordestina, a continuidade do processo regional de industrialização incentivada, com recursos do FINOR (Fundo de Investimento do Nordeste), cujo orçamento para este ano será de Cr\$ 70 bilhões. No período 1979/1981, a SUDENE aprovou 333 projetos industriais, agroindustriais e agropecuários, os quais propiciaram a criação de 67 mil empregos diretos.

Na Amazônia e no Centro-Oeste foram construídos, através do POLAMAZÔNIA, 1,5 mil Km de estradas vicinais, nove aeroportos e dois portos. Foi promovida a regularização fundiária de mais de um milhão de hectares sendo construídos armazéns, implantados 116 km de esgotos pluviais, pavimentados 500 km de ruas e instaladas mais de quatro mil fossas sanitárias.

Destaca-se a criação do Programa Integrado do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE), coordenado pela SUDECO, e que abrangerá a área de influência da rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR-364), com recursos totais previstos em Cr\$ 1,200 bilhão, no período 1981/1985.

A criação do Estado de Rondônia também se destaca no âmbito das realizadas pelo Ministério do Interior, que anteriormente desenvolveu programas e projetos visando a dotar o ex-Território das condições mínimas para sua ascensão a Estado. No momento, encontram-se em desenvolvimento programas de ordem econômica e social nos Territórios Federais do Amapá e Roraima, objetivando a sua transformação em Estado, até o final do Governo João Figueiredo.

O Programa de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio, executado pelo CNDU, vinculado ao Ministério do Interior, já atende a 112 municípios, dos

quais 10 com participação do Banco Mundial. O Programa vai abranger doze novos núcleos urbanos a partir deste ano e até 1983, devendo ser incluídas as cidades de São Luís, Campos, Maceió, Aracaju, Crato/Juazeiro do Norte, Caxias do Sul, Goiânia, Cuiabá, Manaus, Rio Branco, Porto Velho e Campo Grande.

O Programa está acelerando o desenvolvimento brasileiro, através do estímulo à desconcentração das atividades econômicas e das novas oportunidades de emprego.

No momento, o Ministério do Interior está dotando os pequenos municípios do País de infra-estrutura viária, iluminação pública, abastecimento de água, construção de escolas e várias outras obras destinadas a atender às populações carentes, através do Programa de Assistência aos Municípios (PAM), que objetiva o atendimento de 2.300 localidades de todo o País.

Até o final deste mês, o PAM estará atendendo a 801 municípios, com recursos de Cr\$ 2,4 bilhões. Disse o Ministro Andreazza que este programa, conjugado com os Cidades de Porte Médio e Regiões Metropolitanas (117 municípios), beneficiará a totalidade do País.

Além de já se encontrarem contratados, 1,4 milhão de novas habitações, o Programa de Erradicação de Sub-Habitações (PROMORAR) já aprovou operações que deverão beneficiar 700 mil pessoas com moradias e cerca de 1 milhão com obras de urbanização de favelas.

Neste ano serão investidos Cr\$ 1,2 trilhão na construção de 700 mil habitações, destinadas a abrigar 3,5 milhões de pessoas.

Destaca-se a assistência e proteção às comunidades indígenas, a cargo da FUNAI, com a demarcação de 1,4 milhão de hectares de terras indígenas e a regularização de mais de 262 mil hectares, bem como a execução de 843 projetos em comunidades indígenas. Encontram-se em processo de regularização áreas indígenas com cerca de 3,4 milhões de hectares e em processo de identificação e delimitação 13,1 milhões de hectares.

A cargo da SEMA, destaca-se entre as atividades e projetos no campo do meio ambiente o grande avanço institucional representado pela Lei nº 6.938, de agosto de 81, e que dispõe sobre a política nacional do meio ambiente.

Secretario de Imprensa, Carlos Átila: CUMPRIDA A PROMESSA DE DEMOCRATIZAÇÃO

O Secretário de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, Ministro Carlos Átila, ao fazer, através da EBN, um balanço dos três anos do Governo Figueiredo, disse que o Presidente “perseguia incansavelmente as metas que havia estabelecido ainda como candidato e que poderiam ser sintetizadas como sendo, no campo político, a normalização da vida democrática brasileira, e, no campo econômico-social, melhorar as condições de vida do povo brasileiro, através da concentração dos recursos de que dispomos em projetos e benefícios sociais diretos, no combate à inflação e no desenvolvimento de nossos recursos a curto prazo, para obter deles um retorno em benefício social, em benefício do povo”.

No campo político, Átila destacou entre as principais realizações do Governo Figueiredo, a concessão da anistia política, que “restabeleceu, para todos os brasileiros, o direito do exercício livre — dentro da lei, naturalmente — dos direitos políticos; a segurança da realização de eleições — componente essencial da vida democrática — e a reorganização dos partidos, com a implantação do pluripartidarismo”.

Com a implantação do pluripartidarismo, prossegue Átila, assegurou-se “a “representação política das principais tendências da sociedade brasileira”. Para ele, “as normas que o Governo do Presidente Figueiredo defende, neste particular, procuram assegurar a coerência dos candidatos às eleições, com os programas dos partidos pelos quais se candidatam. Por isso, o Governo obteve do Congresso a introdução do voto vinculado para as próximas eleições. Pelo voto vinculado, o eleitor poderá escolher livremente os candidatos nos quais vai votar, mas todos esses candidatos de sua escolha devem pertencer ao mesmo partido”.

Átila lembrou que, no passado, “tivemos resultados muito negativos como consequência das coligações indiscriminadas entre partidos com programas até divergentes, que se reuniam visando objetivos e contingências eleitorais.” A vinculação do voto, em sua opinião, impede que isto volte a acontecer. Ele ressalta que “é uma norma que visa, assim, a reforçar os partidos, que são, de acordo

com a nossa Constituição, as entidades pelas quais se exercem atividades político-democráticas no País".

Afirmou o Ministro Carlos Átila que "todas as medidas legais que o Governo do Presidente João Figueiredo tem adotado para a organização dos partidos e das eleições procuram, assim, em última instância, garantir a estabilidade e o fortalecimento da democracia no País. E frisou: "ninguém pode negar que, hoje em dia, vigora a mais plena liberdade de atuação política no País. Portanto, a promessa que o Presidente fez, como candidato, de que "hei de fazer deste País uma democracia", no terceiro ano de seu mandato, pode-se considerar cumprida, uma vez que as condições essenciais da vida democrática já estão implantadas no País."

No campo econômico e social, depois de frisar que "é tão amplo o conjunto de realizações do Governo, que fica até difícil resumir", o Porta-Voz da Presidência citou as realizações na política habitacional, o incremento da produção de alimentos, as melhorias na área dos transportes e no setor de telecomunicações, além dos novos benefícios e avanços nos campos da saúde e da energia.

Na política habitacional, disse Átila, os recursos foram realmente dirigidos para beneficiar as classes menos favorecidas, com a construção de casas populares, lembrando que cerca de dois milhões de unidades já foram construídas neste período.

Contribuiram para o incremento da produção de alimentos, disse Carlos Átila, a política de recursos e créditos dirigidos para a agricultura, a introdução de novas técnicas e a melhoria da assistência ao agricultor, através da Embrapa e da Embrater que, inclusive, "já começam a dar resultados concretos: aumentou, enormemente, a produção de cereais no Brasil, a ponto de já termos, este ano, uma queda no preço do feijão, graças ao incremento da produção. "Na pecuária, de acordo com Átila, os resultados são também significativos: "tivemos, recentemente, por exemplo, um decréscimo no preço do leite, graças, principalmente, ao aumento da produção."

No setor dos transportes, ele lembrou o prosseguimento acelerado da construção de rodovias pavimentadas e, nas grandes cidades, o crescimento dos transportes de massa, através dos grandes metrôs do Rio e de São Paulo e dos metrôs de superfície de Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre, que já estão em início de execução.

Na área de saúde, além dos programas normais, o Ministro Carlos Átila destacou o crescimento da produção de medicamentos, através da CEME, que já distribui remédios básicos a preços de custo e, muitas vezes, gratuitamente.

Quanto à energia, "um campo condicionante de toda atividade econômica e da capacidade de produção e distribuição de bens", observou Átila, prosseguiu-se com a construção das grandes hidrelétricas e com o programa de diversificação das fontes renováveis de energia, dos quais o "Proálcool é o mais importante".

Sobre o Proálcool, disse que “as metas fixadas estão sendo plenamente atingidas e a segurança de abastecimento desse combustível para todas as cidades do Brasil está sendo perseguida e será implantada de acordo com o planejado”. Da mesma forma, afirmou que “continua firme o programa de incremento da produção de petróleo no Brasil”, ressaltando que, recentemente, a Petrobrás superou todos os recordes de produção de petróleo de área já atingidos na história do país. Assim, observou, “as nossas necessidades de importação deste combustível estão se reduzindo”.

Outra realização no campo econômico-social destacada por Átila é a reforma agrária que vem sendo implantada no país, “sem traumatismos, sem conflitos sociais”. O Governo Figueiredo, segundo o Porta-Voz da Presidência, já distribuiu 28 milhões de hectares de terras a novos proprietários no interior do país, área que corresponde à superfície do Rio Grande do Sul.

Para ele, “é importante assinalar também a verdadeira revolução que está se iniciando no campo da educação”, com prioridades fixadas pelo MEC no ensino primário e no pré-escolar e atenção aos programas de merenda escolar e construção de novas escolas, reforçando a rede básica primária.

Assinalou Átila, que “são inegáveis os efeitos que a política salarial implantada pelo Presidente Figueiredo estão tendo em termos de redistribuição de renda entre os assalariados, “transferindo-se àqueles que ganham um poder aquisitivo mais elevado”.

Ele acentuou também que “o Governo do Presidente Figueiredo manteve, em pleno funcionamento. O esquema da Previdência Social, manteve, em pleno funcionamento, o esquema da Previdência Social, que, como todos nós sabemos, esteve na iminência de enfrentar problemas muito sérios, por força de um déficit decorrente do incremento das suas despesas sem um correspondente aumento de sua arrecadação. De acordo com Carlos Átila, hoje, “pode-se dizer que praticamente a totalidade da população brasileira está coberta pelo Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social”. E o resultado palpável da ação no campo da Previdência é, lembrou Átila, a melhoria da saúde do povo brasileiro, que pode ser medida pelo aumento da expectativa de vida média, que era de 55 anos, em 1963, e agora é de 63,5 anos.

No campo do emprego e do salário, Átila reconheceu que, em 81, houve uma queda no nível de emprego, mas ressaltou que “a economia brasileira tem sido, em geral capaz de absorver o crescimento populacional do Brasil”.

O Ministro Carlos Átila disse ainda que “toda a política do Governo do Presidente João Figueiredo, resumindo, voltou-se consistentemente para implantar melhores condições de vida para a população brasileira, beneficiando, prioritariamente, aquelas faixas que ainda sofrem de menor poder aquisitivo, que ainda não têm todos os benefícios sociais e materiais que a democracia brasileira pode, e deve, proporcionar à sua população”.



Presidente do BC, Carlos Langoni

POLÍTICA MONETÁRIA REFORÇA COMBATE À INFLAÇÃO

Ao analisar os três anos do Governo Figueiredo, o presidente do Banco Central, Carlos Langoni, disse à EBN que esse período foi muito rico, não só na implementação da política monetária, creditícia, "transformando a política monetária no importante instrumento de combate à inflação e de melhor do balanço de pagamentos", mas, também, na gerência da dívida externa. E acrescentou:

— Eu acredito que essa meta de captação de recursos tem sido sempre alcançada e até superada, como foi o caso do ano passado, quando a meta era US\$ 15 bilhões e nós captamos US\$ 17,4 bilhões, isso tudo assegurando a possibilidade de o Brasil se ajustar mais rapidamente possível às restrições financeiras impostas pela crise mundial.

Quanto à ação no plano interno, principalmente no aperfeiçoamento do mercado financeiro, Langoni destacou, em primeiro lugar, a implantação do Selic-Sistema Especial de Liquidação Financeira e Custódia, que, segundo ele, significou um enorme avanço operacional no mercado aberto, dando mais segurança ao aplicador:

— O Selic representou um enorme revezamento operacional, eliminando o "cheque-voador", o movimento especulativo do mercado aberto, e transformando esse mercado um grande instrumento de financiamento do déficit público, de forma não inflacionária, não só do déficit público federal, mas também permitindo que vários Estados da União passassem a utilizar a coocação de títulos públicos como uma forma viável e eficiente de ajudar a financiar as suas despesas.

Carlos Langoni considerou ainda que a idéia lançada pelo Banco Central de tornar o mercado financeiro mais competitivo e eficiente, através da criação dos bancos regionais teve grande aceitação e resposta muito rápida por parte dos empresários. Para ele, a vantagem desses bancos é que são dirigidos por empresários de raízes locais, que, por isso, conhecem a região e estão mais aptos e flexíveis, para compreender os problemas e necessidades dos empresários daquela área.

— “Nós estamos convencidos de que o Sistema Financeiro brasileiro, que hoje se caracteriza por uma concentração em grandes conglomerados que já se projetam para o exterior, ajudando o país no desenvolvimento de suas exportações, precisa ser reequilibrado para se tornar mais competitivo e, portanto, para permitir a redução do custo da intermediação financeira em função da própria taxa de juros. Nesse sentido, a meta do Banco Central é, em primeiro lugar, fortalecer as pequenas e médias instituições financeiras, dando condições para uma expansão ordenada, e, em especial fortalecer o aparecimento dos chamados bancos regionais que operam numa certa área geoeconômica em pelo menos três Estados limítrofes, e onde eles têm certas vantagens na expansão de sua rede de agências, inclusive um custo menor.

Outro ponto importante apontado por Langoni, quanto ao Sistema Financeiro, foi a ação saneadora exercida pelo Banco Central, que, segundo ele, restaurou o conceito de risco, “que deve estar lado a lado nas decisões do investidor, lado a lado, inclusive, com a idéia de rentabilidade e retorno de suas aplicações”.

Em termos de perspectivas, o presidente do BC disse que será implementado a partir de julho um projeto — “a extensão do conceito do Selic para o Cetib-Central de Títulos Privados” —, que deverá representar passo importante no aperfeiçoamento do Sistema Financeiro, principalmente no sentido de dar maior segurança ao investidor em ativos financeiros privados (letras de câmbio, CDBs, debêntures) o mesmo grau de confiança e de segurança operacional que hoje o Selic oferece para os títulos públicos.

Além do projeto do Cetib, o Banco Central deverá implantar este ano o projeto do “Certificado de Depósito Interbancário, já aprovado pelo CMN, que “certamente ajudará nesses esforços de ajustamento das taxas de juros no Brasil”, na opinião de Calos Langoni.

Esclareceu ainda que esse certificado permitirá que instituições financeiras com excessos de recursos possam transferi-los e aplicá-los em outras instituições financeiras. Com isso, teremos, na realidade, uma espécie de ‘prime rate’, ou seja, uma taxa básica de referência de juros, para a captação e remuneração de recursos.

Para 1983, segundo Carlos Langoni, são os seguintes os objetivos a serem cumpridos pelo Banco Central do Brasil: consolidar a idéia dos bancos regionais, com a apresentação de novo programa de expansão de agências em que será reafirmado esse conceito; aperfeiçoar a Lei 6.024 (de intervenções no mercado financeiro), visando prevenir e coibir distorções; continuar a executar a política monetária “com esse caráter restritivo porém gradualmente”, sem provocar crises de liquidez.

Secretário da SAREM, Paulo Ulysséa: GARANTIDA MAIOR ASSISTÊNCIA AOS MUNICÍPIOS

Com a nova filosofia imprimida aos trabalhos da Secretaria de Articulação com os Municípios SAREM, pelo Ministro Delfim Neto, dentro do programa de Governo do Presidente Figueiredo, visando o fortalecimento político - financeiro de cada região brasileira, mais de mil municípios brasileiros com população inferior a 10 mil habitantes passaram a receber maior assistência do Fundo de Participação dos Municípios.

O economista Pedro Paulo Ulysséa, Secretário da SAREM disse que a preocupação do Ministro Delfim Neto, no que se refere à orientação do Presidente Figueiredo, visa aumentar o volume de recursos derivados de transferências federais a serem repassados a Estados e Municípios.

Assinala Ulysséa que há também uma determinação do Governo para que se agilizem os trabalhos da Secretaria através da simplificação de procedimentos, quanto à liberação de recursos, bem como para fortalecer a capacidade de decisão dos demais níveis de governo sobre a aplicação das receitas de transferências.

Os resultados obtidos pela atual administração da SAREM resultaram nas diversas medidas adotadas pelo Presidente Figueiredo baixando Decretos-Leis, introduzindo modificações atendendo antigas reivindicações dos Estados e Municípios, lembrou Ulysséa. Destacou ainda o Secretário da Sarem, a Emenda Constitucional número 17, de dezembro de 80, aprovada pelo Congresso Nacional, introduzindo a elevação progressiva da participação dos Fundos de Participação dos Estados e de Participação dos Municípios na arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto de Renda – 20 por cento em 81; 21 por cento em 82; e 22 por cento a partir de 1984. Tal elevação significou, já em 81, um acréscimo de aproximadamente 1 bilhão e 580 milhões de cruzeiros para os Estados e Municípios.

O Decreto-Lei 1.881, de agosto de 81, alterando os critérios de distribuição dos recursos do FMP, vigorando no exercício de 82, diz Pedro Paulo Ulysséa, be-

neficia todos os pequenos Municípios, sendo que 300 deles, os de menor taxa populacional, terão um acréscimo de 6 vezes a quota-partes estimada para 81. Acrescenta que 750 outros terão sua participação aumentada em 2,4 vezes superior ao estimado para o ano passado.

Ulysséa destacou ainda a distribuição complementar de recursos aos Municípios do interior com população acima de 156 mil habitantes, onde as necessidades assemelham-se às das capitais, com a adoção do critério para rateio redistributivo, que toma por base o número de habitantes ao inverso da renda per capita do Estado.

O Secretário da Sarem disse ainda que o órgão além de ampliar sua área de atuação apoiando as administrações municipais, procura estimular a cooperação técnica interestadual, com o apoio a programas de planejamento, além de promover a criação de Associações Microrregionais de Municípios.

Entende a SAREM ser fundamental uma definição política quanto a uma clara divisão de encargos entre três níveis de Governo — afirma Ulysses, acrescentando que após essa definição será possível atribuir a cada um desses níveis uma receita compatível com as responsabilidades assumidas.

O Secretário da Sarem lembrou que quando o Presidente Figueiredo assumiu o Governo, o mecanismo das transferências de recursos do Governo Federal para os Estados e municípios exigia uma série de medidas a serem cumpridas. Entre as exigências Pedro Paulo Ulysses cito: a apresentação, anualmente, dos planos de aplicação dos recursos de todas as transferências federais — o que implicava em elevados custos operacionais; a determinação por parte do Governo Federal dos setores e programas que deveriam ser objetos de destinação desses recursos para aplicação em despesas de capital — vinculação a categoria econômica da despesa. Esses investimentos realizados através da vinculação geravam despesas futuras de manutenção, que, geralmente, não podiam ser cobertas integralmente, dada a pouca capacidade municipal de gerar receita própria.

Ulysséa disse ainda que as medidas adotadas serviram para que fossem eliminados os obstáculos que permitem hoje o funcionamento dos sistemas de caixa única. Anteriormente, lembrou, os créditos relativos a maioria das transferências aos Estados e Municípios, além de serem realizados por mais de um agente financeiro, dependiam de autorização específica dos diversos órgãos que administravam essas transferências.

Presidente da Comissão de Desestatização, Paulo Nicoli:

GOVERNO ESTÁ FORTALECENDO A INICIATIVA PRIVADA

A diretriz política do Presidente Figueiredo de fortalecimento da iniciativa privada, através da privatização de 150 empresas e a extinção de outras 50 "empresas papel" — criadas pelo Código Mineral —, será atingida dentro da meta estabelecida, em março de 85, assegurou o Presidente da Comissão Especial de Desestatização, Paulo Nicoli.

Em sete meses desde que foi implantada, a Comissão de Desestatização, insituída no âmbito da Secretaria de Planejamento traçou suas etapas de trabalho, elaborando uma lista das empresas que serão negociadas no primeiro momento devido a situação desembaraçada em que se encontram, conseguindo, também, no mesmo período, transferir cinco empresas para o controle da iniciativa privada. Foram extintas duas, incorporadas mais duas e uma departamentalizada.

Niccoli disse que a preocupação do Governo Figueiredo ao determinar a criação da Comissão de Desestatização teve por base a execução de um programa voltado para a redução da intervenção estatal na economia; a conscientização de parte da classe empresarial no sentido de viverem com menor tutela do Estado, assumindo seus riscos e responsabilidades; mostrar que não são tarefas exclusivas do Estado, mas de toda a sociedade, no que se refere ao desenvolvimento e o bem estar da população, num regime de livre iniciativa. Afirmou ainda que um sistema econômico livre, forte e responsável é necessário para se alcançar a aspiração nacional de uma sociedade politicamente aberta.

Esses propósitos, disse Paulo Niccoli, estão recebendo o total apoio do próprio Presidente Figueiredo, e que um grande exemplo é o Decreto que baixou no início deste ano proibindo a criação de novas unidades, gráficas em órgãos estatais, atendendo a antiga reivindicação do setor gráfico de todo o País.

Os resultados obtidos até o momento — frisou o presidente da Comissão de Desestatização — assinalam claramente que a proposta do Presidente Figueiredo não é "mera carga de intenções", demonstrando a seriedade com que o assunto

vem sendo tratado.

A credibilidade no processo de privatização, lembra Paulo Niccoli, foi demonstrado pela classe empresarial durante o Simpósio Nacional de Desestatização, promovido no início do ano pelo Forum das Américas, em São Paulo. Ao encontro compareceram mais de 300 empresários.

Presidente do Incra, Paulo Yokota: ADMINISTRAÇÃO FUNDIÁRIA TEM GRANDE IMPULSO

Ao fazer um balanço das atividades do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária nos três anos do Governo Figueiredo, o Presidente do Incra, Paulo Yokota, disse que nesse período os órgãos relacionados com a administração fundiária, tanto do Governo Federal como dos Estaduais, efetivamente ganharam um impulso muito grande. Citou a criação de mais de oito institutos ou organismos especializados na solução dos problemas de terra e a instituição de dez novas legislações nos Estados, além dos recursos necessários, tanto em pessoal como financeiros, como os fatores responsáveis pela aceleração do trabalho no setor.

Nesses três anos, segundo Yokota, o Incra inicialmente propôs e conseguiu do Congresso Nacional uma reformulação do Imposto Territorial Rural de forma a ser mais efetivo e a ampliar a isenção para pequenos produtores que trabalhassem a terra de forma eficiente.

Depois cuidou do esclarecimento da situação dominial das terras rurais, da documentação das áreas, do problema da titulação, que resulta da desapropriação, dos assentamentos, das regularizações fundiárias e do reconhecimento das posses. "Essa tarefa, afirmou Paulo Yokota, acelerou-se substancialmente, e no total, efetivamente não só do Incra, mas de outros organismos federais e estaduais, conseguiu-se passar de um nível de cerca de 25 mil títulos para um trabalho que envolvesse mais de 100 títulos por ano".

O presidente do Incra disse ainda que, ao lado da questão da titulação fundiária, foi feito um trabalho ativo de solução dos problemas de tensões sociais localizados e isolados, sem inibição, resolvendo as antigas pendências de terras.

Presidente da Embrater, Glauco Olinger: POLÍTICA GOVERNAMENTAL AUMENTA PRODUÇÃO DE GRÃOS

“A grande extensão territorial do país e a boa qualidade do agricultor brasileiro, aliadas às políticas governamentais agrícolas, podem ser consideradas como os principais fatores responsáveis pelo substancial aumento na produção de grãos que, de uma safra de 40 milhões de toneladas em 78, está hoje com uma safra de 56 milhões de toneladas de grãos”.

A afirmação foi feita pelo Presidente da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural-EMBRATER, Glauco Olinger, ao analisar os três anos de Governo João Figueiredo no setor agrícola.

Segundo ele, quando Figueiredo assumiu o governo, o sistema brasileiro de assistência técnica e extensão rural atendia prioritariamente a uma agricultura mais empresarial, ou agricultura de mercado. De imediato, — lembrou — o Presidente João Figueiredo e o então Ministro da Agricultura, Delfim Netto, preconizaram uma agricultura de apoio aos pequenos agricultores, em especial os que possuíam menos de 50 hectares de terra.

Com isso — explicou o Presidente da EMBRATER —, o Sistema Brasileiro de Assistência e Extensão Rural — SIBRATER passou a ter por objetivo o atendimento de 4 milhões de produtores rurais, uma vez que estudos realizados pelo Ministério da Agricultura comprovaram que mais de 70 por cento da produção nacional de grãos provinham de agricultores com menos de 50 hectares de terra.

Hoje — destacou Olinger — a EMBRATER atende a um milhão e 200 mil desses agricultores, diretamente, enquanto que, no início da gestão Figueiredo, apenas 800 mil eram atendidos.

“A atual política agrícola do governo João Figueiredo está permitindo que a EMBRATER, através de suas associadas estaduais, forneça aos agricultores uma assistência no sentido de reduzir os custos pelo aumento da produtividade através do uso racional dos fatores de produção, para que eles comercializem melhor as suas safras, permitindo-lhes criar pré-cooperativas e cooperativas, com a obje-

tivo maior de conseguir um aumento da renda líquida e, consequentemente, maior bem-estar pra as comunidades rurais", ressaltou.

Quanto ao tipo de assistência prestada aos agricultores, Glauco Olinger explicou que basicamente refere-se à produção de alimentos essenciais ao abastecimento interno, como é o caso do milho, feijão, arroz, batata, hortaliças, leite, carne de pequenos animais e fruticultura. Essa assistência ao pequeno agricultor é toda ela, conjugada ao crédito rural e à política de crédito, pela qual o Governo fornece 100 por cento dos recursos necessários ao custeio de suas lavouras, reduzindo esse limite para 80 e até 60 por cento no caso dos médios e grandes empresários.

Entre os programas criados nesses três anos de administração Figueiredo, para desenvolver a agricultura nacional, o Presidente da EMBRATER destacou primeiramente o PROVÁRZEAS — Programa Nacional de Aproveitamento de Várzeas Sistematizadas Irrigáveis. Este programa tem por objetivo o aproveitamento de várzeas, terras baixas, em geral inundadas ou inundáveis, e que aproveitadas na agricultura, incorporaram-se ao sistema produtivo, com um índice excelente de produção, uma vez que permitem duas e até três safras anuais, aumento dos índices de produtividade e produção nacional de grãos.

A outra grande vantagem do aproveitamento dessas áreas é que o país possui cerca de 30 milhões de hectares de várzeas, e uma boa parcela dessas áreas está concentrada próximo de boas estradas, energia elétrica, mercados. Apesar de a exigir uma tecnologia altamente sofisticada, os investimentos compensam, porque num hectare de várzea sistematizada a produção é duas, três ou até quatro vezes maior do que a produção num hectare de terra comum.

Dessa forma — ressaltou Glauco Olinger — um pequeno agricultor que possui apenas 10 hectares de terra, mas que possui dentro dessa terra pelo menos 2 hectares de várzeas, pode até passar a ser um médio empresário, pelo aumento da produtividade, pelo aproveitamento dessas várzeas, que lhe permitirão maior número de safras anuais.

Outro programa de destaque — lembrou o Presidente da EMBRATER — é o PROFIR — Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação, que visa ao aproveitamento da água na agricultura. Glauco Olinger destacou que esse programa talvez seja o mais importante para estímulo do aumento da produção e da produtividade agropastoril.

“O Brasil tem enfrentado últimamente grandes frustrações de safras, em decorrência da falta de água. As sécas têm causado grandes prejuízos na economia nacional, e um programa de irrigação viria solucionar todos esses problemas, porque dá as condições necessárias à garantia das colheitas proporcionando ao Governo um controle mais adequado do abastecimento interno e da exportação.

Outro programa que tem contribuído decisivamente para o aumento da produtividade, segundo Glauco Olinger, é o de organização da produção de semen-

te através da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, que permite a produção de sementes fiscalizáveis, certificadas, de qualidade superior, podendo o agricultor ter aumento de produtividade de 10, 20 e até 30 por cento da esperada.

Glauco Olínger afirmou também que o Programa de Multiplicadores Rurais alcançou sucesso tão grande que o país já conta com cerca de 2.400 multiplicadores, jovens rurais, filhos de agricultores, que, em ação conjugada com os extensionistas do SIBRATER, implantam em suas propriedades unidades que sirvam de demonstração para os vizinhos, com aprendizado prático do cultivo de determinadas lavouras.

A desburocratização no setor agrícola, disse, foi outro trabalho importante feito pelo SIBRATER, uma vez que eliminou cerca de 50 por cento da “papelocracia”, permitindo agilização dos projetos. Também a interiorização dos extensionistas, com a construção de escritórios e alojamentos em cidades que não dispunham de infra-estrutura de hospedagem, muito tem colaborado com a agricultura brasileira, porque “extensão rural só se faz junto com os agricultores: esse trabalho é feito com ele, e não para ele”.

Olínger citou ainda os programas de capacitação dos técnicos egressos das ciências agrárias; de telecomunicações em extensão rural; de perdas na colheita; controle de doenças e pragas; educação sanitária e educação alimentar; energia para o meio rural; tração animal e produção de álcool através de pequenas destilarias.

A EMBRATER – frisou o Presidente da Empresa – conta hoje com cerca de 21 mil servidores em todo o país, 12 mil são técnicos, e destes, 10 mil trabalham diretamente com os agricultores. Apenas 20 por cento desse total trabalham em escritórios centrais, regionais e locais, em serviços de direção e supervisão.

“No setor de recursos humanos, a Embrater tem oferecido aos seus funcionários, de maneira geral, treinamentos de capacitação para que melhor se qualifiquem dentro da empresa e tenham condições de melhor desempenharem as suas funções, crescendo funcionalmente dentro da organização e oferecendo melhores trabalhos para a comunidade agrícola nacional”, concluiu Glauco Olínger.



Presidente da LBA, Léa Leal: LBA AMPLIA ATENDIMENTO EM TODO O BRASIL

No governo João Figueiredo, as atividades da Legião Brasileira de Assistência expandiram-se no país inteiro e seu crescimento projetou-se em todos os programas que a LBA realiza na administração da sra. Léa Leal, presidente da entidade, que assumiu o cargo no início do atual governo.

O programa de creches-casulos, destinado a atender crianças carentes até sete anos de idade, que no final de 1978 atendia a 135 mil pré-escolares, passou a atender 320 mil, em 1981, e este ano tem como meta atingir a 1 milhão de crianças. Para isso, a LBA, além do aumento de vagas em sua própria rede, a maior do país, conta com a participação do BNH e do Sistema Bancário, através de convênios firmados em novembro e dezembro do ano passado.

Pelo convênio firmado com o Banco Nacional da Habitação, ficou estabelecido que todos os conjuntos residenciais populares terão obrigatoriamente de contar com creches em suas áreas, a serem construídas pelo BNH e operadas pela Legião Brasileira de Assistência.

Através do protocolo firmado com o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e com a Federação Nacional dos Bancos, ficou acertado que as oito mil agências bancárias existentes vão repassar recursos dedutíveis do Imposto de Renda para a LBA, no valor de uma Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional por criança atendida.

Cada agência bancária (das 8 mil existentes, 2 mil e 400 são do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal), destinará recursos, promovendo a adoção financeira de uma creche para 35 crianças.

Com isso, surgirão 280 mil novas vagas para pré-escolares da população carente. Nas creches, as crianças recebem duas refeições por dia, permanecem oito horas, contando com assistência médica, dentária, recreação e lazer.

O Programa de Complementação Alimentar da LBA cresceu no governo Figueiredo. Em 1978, eram atendidas 300 mil gestantes, nutrizes e crianças que

mensalmente recebiam misturas solúveis para sopa, vitamina e mamadeira, enquanto 170 mil recebiam por mês dois quilos de leite em pó para atender a casos urgentes de subnutrição. Hoje, o Programa de Complementação Alimentar, que estava restrito à Baixada Fluminense, Belo Horizonte e cidades-satélites de Brasília, foi ampliado para Salvador, Goiânia e Fortaleza, passando a atender 402 mil crianças, gestantes e nutrizes. A distribuição de leite em pó cresceu de 175 mil para 275 mil pessoas e este ano atingirá mensalmente 350 mil. O projeto da sra. Léa Leal é ir ampliando progressivamente o Programa de Complementação Alimentar para todas as regiões metropolitanas do país.

O programa de Educação para o Trabalho, que em 1978 forneceu iniciação ocupacional a cerca de 500 mil pessoas carentes, nos três anos de governo Figueiredo, passou a atender a 806 mil. São 185 cursos profissionalizantes para ambos os sexos, visando a fornecer uma profissão a quem não tem nenhuma. Juntamente com o programa de Educação para o Trabalho, foram criados núcleos de produção, para a venda de trabalhos de artesanato, sendo que 50 por cento da recadação voltam para os próprios alunos que fabricam os objetos.

No governo Figueiredo, o programa de Registro Civil (Legalização do Homem Brasileiro) promoveu o registro de praticamente 6 milhões e 500 mil pessoas que não possuíam existência legal. Em 1978, haviam sido registradas 1 milhão e 400 mil pessoas, número que foi elevado para mais de 2 milhões de pessoas carentes por ano.

O programa de assistência aos excepcionais carentes também foi ampliado: de um atendimento em torno de 70 mil excepcionais em 1978, no final de 1981 chegou a 253 mil. São 867 convênios que a LBA mantém em todo o país com as entidades especializadas prestadoras de serviços. Não fossem esses convênios, através dos quais, em 1981, foram repassados praticamente 3 bilhões de cruzeiros, e certamente a grande maioria dessas entidades já teria perdido as condições de funcionar.

Além da assistência aos excepcionais, a LBA passou a realizar esforços no campo da prevenção à excepcionalidade, inclusive porque metade dos casos de excepcionalidade mental pode se tornar reversível, se diagnosticada a tempo.

No caso da assistência aos idosos, o atendimento que era de 37 mil idosos, passou em 1981 a 150 mil. Este programa é basicamente um programa comunitário, desenvolvido para preencher o tempo dos idosos, evitando que permanecem ociosos.

Já o Programa Nacional de Voluntariado, que tem como presidente de honra a sra. Dulce Figueiredo, e criado pela administração Léa Leal, em 1979, hoje já reúne mais de 60 mil voluntárias em todo o país, cobrindo 1011 dos quatro mil municípios brasileiros. Através do trabalho voluntário, em 1981, foram atendidas mais de 2 milhões de pessoas. O projeto tem como meta estender uma ampla rede comunitária sobre a totalidade das cidades do país, desenvolvendo, com a

participação comunitária, todas as atividades que se enquadram nos diversos programas da Legião Brasileira de Assistência. O número de voluntárias que participam do Pronav-LBA assinala perfeitamente a receptividade da iniciativa, fazendo surgirem, de forma progressiva, Núcleos de Voluntárias já em mais de um quarto dos municípios brasileiros. Com a participação voluntária, o custo do programa apresenta sensível redução e, ao mesmo tempo, vai contribuindo para mobilizar as comunidades no esforço para enfrentar os problemas sociais que as envolvem, como é o caso das creches, registro civil, distribuição de alimentos, educação para o trabalho, vacinação, instalação de filtros de água e outras iniciativas visando a melhorar as condições das próprias comunidades.

Poder Legislativo



Presidente da Câmara dos Deputados, Nelson Marchezan: PAÍS VIVE CLIMA DE INTENSA LIBERDADE

O Presidente da Câmara dos Deputados, Nelson Marchezan, participando da Convenção Nacional do Partido Democrático Social (PDS), em São Paulo, falou à Empresa Brasileira de Notícias sobre o transcurso do terceiro aniversário do Governo Figueiredo, destacando o clima de intensa liberdade que vive o país.

Declarou o Deputado Nelson Marchezan: "O Presidente Figueiredo conseguiu nesses três anos fazer com que todo o povo brasileiro vivesse num clima de intensa liberdade, expressando suas idéias e discutindo seus problemas. Se num primeiro momento muitas pessoas chegaram próximo ao escândalo pelo fato de se poder criticar abertamente erros e dificuldades, nos momentos e meses e anos seguintes o povo foi assumindo esses problemas como algo que deveria ser resolvido através do debate, através do entendimento, através da crítica franca, leal e sincera, e, sobretudo, através da contribuição. E hoje a Nação brasileira, que respira um clima de distensão, de anistia, de confraternização, também assume, cada vez mais, o papel de crítica do seu próprio processo, a fim de assumir a solução dos seus próprios problemas. A solução dos problemas brasileiros depende das proposições do Governo, do empenho do Presidente Figueiredo, mas depende, sobretudo, da cooperação e do sacrifício de todos nós. Este é o clima construtivo e participativo que estamos vivendo graças à ação do Presidente Figueiredo".



Presidente do Senado Federal, Jarbas Passarinho

SALDO DO TRIENIO É ALTAMENTE POSITIVO

“Altamente positivo” é como o senador Jarbas Passarinho, presidente do Senado Federal, vê o saldo dos primeiros três anos do Governo Figueiredo. O Presidente do Senado disse à Empresa Brasileira de Notícias que não pode haver dúvidas quanto ao resgate, pelo Presidente da República, de cada promessa do candidato.

O senador Jarbas Passarinho destacou entre as medidas mais significativas tomadas no campo político neste período, a extinção dos decretos 477 e 228 (este último impedia a atividade política dos diretórios acadêmicos); a livre atuação da UNE, embora não represente oficialmente o setor estudantil; a anistia, a liberdade de imprensa; a reforma partidária; a lei salarial; e a garantia de eleições diretas este ano.

Ainda no campo político, Jarbas Passarinho disse não acreditar numa radicalização do processo, após a incorporação dos dois maiores partidos oposicionistas, PP e PMDB. Para ele, a proximidade das eleições eleva naturalmente a temperatura do debate político, desenhando-se um quadro radical. Está convicto também de que são boas as perspectivas do PDS para as eleições. Para reforçar essa convicção, lembrou recente pesquisa de uma revista — que frisou não ter simpatia pelo governo — dando como certas pelo menos seis vitórias do partido de sustentação do Governo.

O senador entende que essas medidas, em resumo, devem ser vistas como de grande alcance, por objetivarem instituir bases sólidas para um regime democrático estável. Ele condenou, nesse sentido, o pessimismo dos que insistem na pregação de um retrocesso.

Explicou que a reforma partidária, quando implantada, chegou a ser interpretada maliciosamente, quando, na verdade, teve o objetivo, segundo afirmou, de libertar líderes políticos de pensamentos e ideologias diversos de uma “cama-de-força comum”.

— Hoje se verifica um Leonel Brizola por um caminho. Miguel Arraes por outro. Não há qualquer preso por motivação política; os jornais nanicos reapareceram e até aproveitaram a liberdade de imprensa para caluniar o Presidente e outros membros do Governo, enfatizou o presidente do Senado.

No campo social, Jarbas Passarinho destacou a Lei salarial de reajustes semestrais, para ele uma medida de tão importante alcance que, quando se fala da possibilidade de modificá-la, "toda a classe sindical brasileira se levanta contra", uma prova de que ela vem em encontro aos interesses dos trabalhadores.

Na área econômica, o senador acha que o saldo foi dos mais expressivos, se consideradas as condições climáticas adversas que prejudicam sensivelmente as safras agrícolas. Apesar disso, segundo observou, o governo conseguiu o declínio da inflação de três para dois dígitos e obteve pela primeira vez um superávit comercial de 1 bilhão e 200 milhões de dólares.

— Temos tido sécas e inundações, às vezes as duas juntas e, outras vezes, surpreendentemente, inundaçao no nordeste e seca no Rio Grande do Sul — observou Passarinho. Apesar disso — continuou — tivemos em 80 a maior safra de todos os tempos e hoje registramos um superávit comercial que é o maior de toda a história da economia do país — concluiu.

Presidente do PDS, Jose Sarney: NAÇÃO ESTÁ SOLIDÁRIA COM O PRESIDENTE

O Presidente do Partido Democrático Social, Senador José Sarney, reunido em São Paulo com as lideranças nacionais do PDS, fez, através da Empresa Brasileira de Notícias, um balanço dos três anos do Governo Figueiredo. Assinalou que a "Nação está inteiramente solidária com ação política e administrativa do Presidente".

Eis a declaração do Senador José Sarney: "Nós estamos chegando ao terceiro ano do Governo João Figueiredo com a Nação inteiramente solidária com a ação política e administrativa do Presidente. O Presidente conseguiu, ao longo desses anos, impor a sua personalidade, um homem franco, aberto, e que comandou o processo de abertura. Nós temos nesses tempos difíceis encontrado uma crise econômica, uma crise social e uma crise política. E o Presidente tem enfrentado esses problemas. De modo que foi possível fazer a anistia. Hoje, o país vive inteiramente em liberdade, discutindo e questionando todas as decisões. Isso nós devemos justamente à obstinação do sentimento democrático do Presidente, à abertura política que ele comanda. Também dentro da econômica ele está enfrentando problemas difíceis, mas, pouco a pouco, nós vamos saindo dessas dificuldades e já podemos ver que a inflação começa a ter seus índices caindo, a taxa de desemprego começa a cair, a balança comercial apresenta superavit. Os programas sociais que são elaborados, como o programa da habitação — já hoje 25 milhões de brasileiros são beneficiados com o programa da habitação — aqueles que ganham até 10 salários mínimos tiveram ganhos reais em face do problema inflacionário, os problemas de alimentação, de saneamento, de centros urbanos, de lazer, enfim, o Governo tem realmente se voltado para os problemas sociais e humanos. Ao mesmo tempo, nesses três anos, ele tem conseguido cumprir aquele juramento que ele fez e que, cada vez mais, é a sua grande bandeira — fazer deste país uma democracia".

Governadores Estaduais

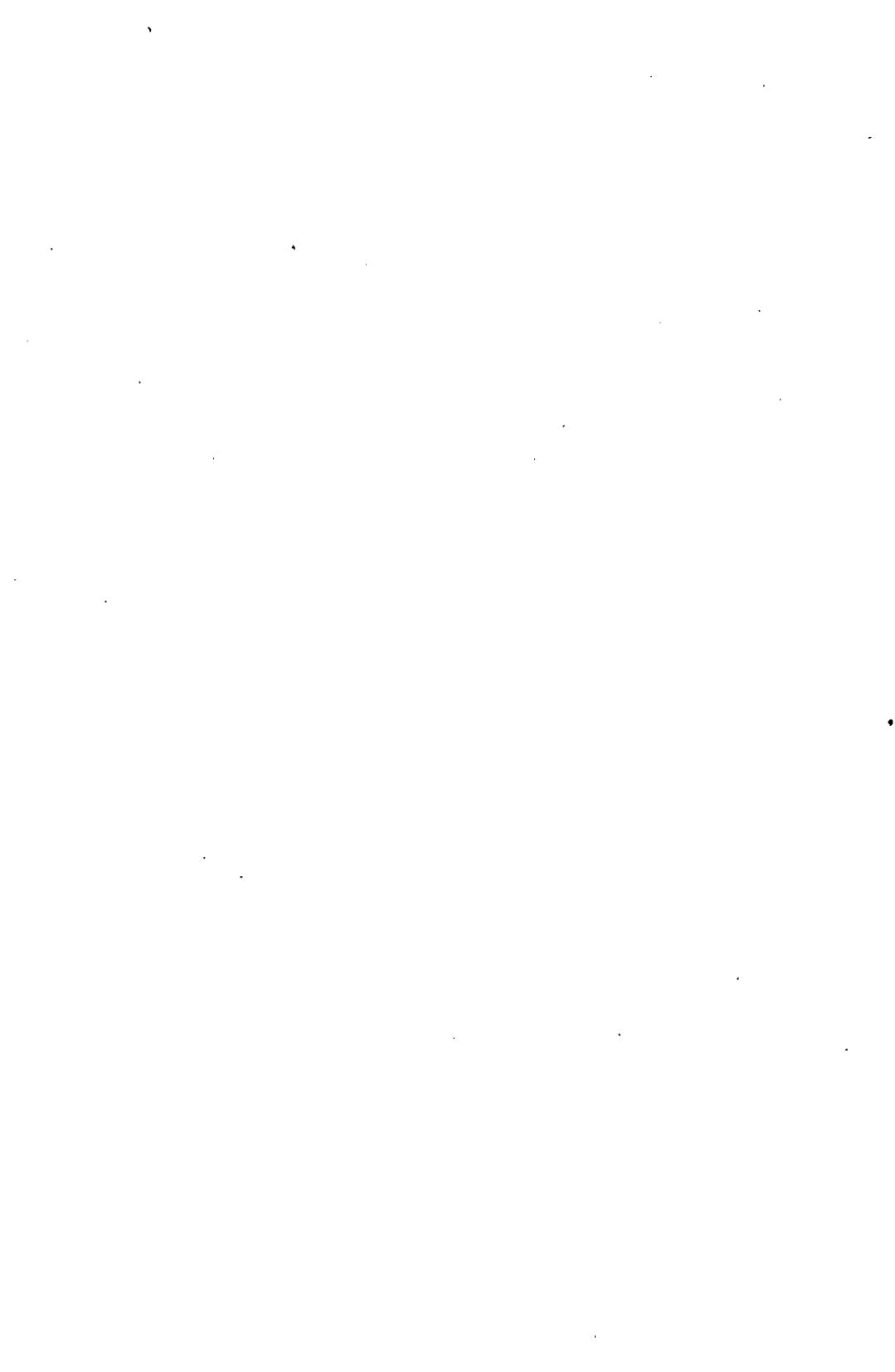


Governador Paulo Maluf: GOVERNO REALIZA OBRA ESPETACULAR

O governador de São Paulo, Paulo Salim Maluf, apontou a abertura política, a tranquilidade social e a ampliação das exportações brasileiras como fatos marcantes dos três anos de governo do Presidente Figueiredo.

Falando à Empresa Brasileira de Notícias, o Governador considerou "espetacular" a obra do Governo e lembrou que o Presidente da República vem cumprindo o que prometeu:

— Durante esses três anos, entre 15 de março de 79 e 15 de março de 82, em que o Brasil teve na Presidência da República esta eminente figura, que é o nosso Presidente João Figueiredo, eu posso dizer que o Brasil progrediu. Eu posso dizer isto como testemunha, como um homem que participou. O Brasil progrediu: tivemos abertura política, tivemos tranquilidade social. O Brasil ampliou suas exportações. O Brasil vem construindo obras monumentais. O Brasil vem dando condições de mais justiça social para o seu povo. Têm sido construídas redes de água, saneamento básico, redes de esgotos. Têm sido construídas casas, têm sido distribuída merenda escolar, rodovias têm sido construídas. Enfim, nós estamos hoje, nesses três anos de Governo, alegres e felizes, porque temos na Presidência da República um homem que vem cumprindo o que vem prometendo. O Presidente Figueiredo vem realizando espetacular obra de Governo.



Governador Amaral de Souza: TRÊS ANOS DE LUTAS, TRÊS ANOS DE VITÓRIAS

O Governador do Rio Grande do Sul, Amaral de Souza, ao fazer um balanço dos três anos do Governo João Figueiredo, afirmou, em entrevista à EBN, que foram "três anos de lutas, três anos de vitória", salientando a luta contra a inflação e em favor do equilíbrio da balança comercial, bem como a continuidade do projeto de implantação definitiva, no Brasil, de uma democracia estável, de um Estado democrático. E acrescentou:

— A Nação brasileira, portanto, pode dizer ao mundo que tem a comandá-la um homem dos melhores princípios morais, da melhor formação humana; um homem de alta compreensão, de grande sensibilidade, que sempre procurou sintonizar toda a sua ação de governo com as aspirações maiores do povo brasileiro.

Depois de assinalar a fase de "pronfunda transição" por que passam, não apenas o Brasil, mas todas as nações, nos planos político, social e econômico, o Governador gaúcho disse que o Presidente da República tem enfrentado de forma corajosa todos os desafios.

— Na parte econômica — observou Amaral de Souza —, não é toda nação que, como o Brasil, implanta obras de grande porte. Podemos mencionar Itaipu, Ferrovia do Aço, Tucuruí, os metrôs do Rio, São Paulo e Porto Alegre. O povo, naturalmente, está entendendo que, se hoje é exigido dele sacrifício, amanhã esse sacrifício apresentará frutos, em benefícios da própria Nação.

O Governador do Rio Grande do Sul destacou, ainda, "essa política lúcidamente inteligente, de cunho universal, humanístico do Presidente Figueiredo, no que tange às relações do Brasil com todas as nações do mundo". Lembrou que o Presidente "atravessou mares, foi a outros continentes, levando a imagem de uma nação que procura se afirmar". Segundo Amaral de Souza, nunca como hoje o Brasil teve relacionamento tão fraterno com o continente sul-americano, representando um instrumento de concórdia e equilíbrio no relacionamento entre os países. Essa política, frisou, tem apresentado, igualmente, grande êxi-

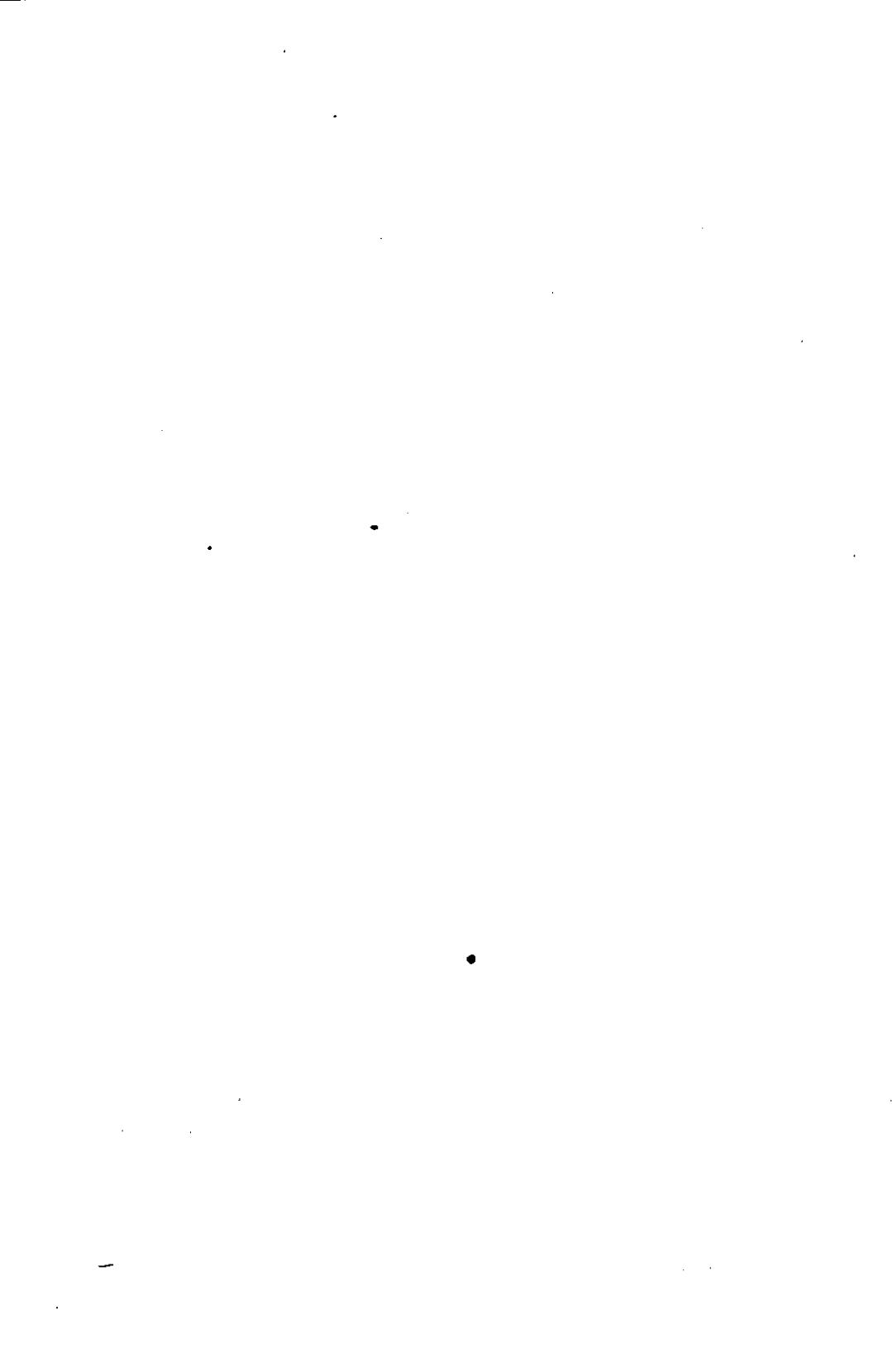
to em termos de relacionamento do Brasil com países da Europa, Ásia e África.

— Hoje a imagem do Brasil é das melhores em todos os países do mundo. Tive a oportunidade, no ano passado, de viajar pela Ásia e Europa e pude sentir o apreço, o respeito que as nações desses continentes têm pelo Brasil. Em toda parte que visitei, o Brasil é considerado como o país, não do futuro, mas do presente, que apresenta as melhores perspectivas de um desenvolvimento cada vez maior. Essa imagem positiva da Nação, é claro, nós devemos, em grande parte, ao próprio povo brasileiro, mas a devemos, também, à política inteligente do Presidente João Figueiredo — concluiu o Governador gaúcho.

Governador Jorge Bornhausen: ADMINISTRAÇÃO COERENTE E PROFÍCUA PARA A NAÇÃO

“Eu considero o saldo do Presidente João Figueiredo nos seus três anos de administração altamente positivo. O cumprimento do processo de abertura democrática, com toda a decisão encetada pelo Presidente, é hoje, sem dúvida alguma, um fato acolhido e considerado por todos os brasileiros”, declarou o Governador Jorge Konder Bornhausen, de Santa Catarina.

— Apesar das grandes dificuldades de natureza internacional, da crise petroleira, conseguimos diminuir nossa utilização desse combustível, tivemos sucesso na pesquisa, na perfuração e no aumento do petróleo. Estamos com o Projeto Carajás em andamento, Itaipu torna-se uma realidade, os Estados têm sido cada dia mais atendidos. Enfim, a administração se faz de forma séria, coerente e profícua para o país — acrescentou o governador.



Governador Francelino Pereira: OBRA POLÍTICA OPERA-SE EM CLIMA DE PAZ

Ao fazer um balanço dos três anos do Governo Figueiredo, o Governador de Minas Gerais, Francelino Pereira, considerou a obra política como a maior iniciativa do Presidente da República — “até porque ela atinge todos os segmentos da sociedade em todos os setores da economia do País —, caracterizada exatamente pela transição, que se opera num clima de paz, de tranquilidade e de compreensão para todos os brasileiros”.

E acrescentou: “No plano político, a condução da abertura, no sentido de conduzir o País à plenitude democrática, se traduzirá, sem dúvida nenhuma, num ponto que colocará nas páginas da história deste país todo o trabalho desenvolvido pelo atual governo”.

Quanto ao plano econômico e social, o Governador disse que, “enfrentando terríveis e ásperas dificuldades, o Governo do Presidente Figueiredo vem procurando melhorar cada vez mais a qualidade de vida do povo”. E continuou:

— “Temos dito que o grande desafio dessa década está exatamente na compatibilização do desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social e por isso mesmo é que, sem provocar a estagnação dos grandes projetos nacionais, o Governo se volta para a solução de problemas de grande impacto social. Tudo aquilo que é solucionado no sentido de levar o mínimo de conforto às populações mais carentes traduz o empenho do Presidente Figueiredo, de construir uma sociedade mais justa para trabalhar em paz, em condições portanto de se desfazer das tensões sociais e com isso assegurar a própria estabilidade das instituições políticas”.

Governador Ney Braga: GOVERNO REALIZA O APERFEIÇOAMENTO DEMOCRÁTICO

O Governador do Paraná, Ney Braga, ao fazer um balanço dos três anos do Governo Figueiredo, destacou que "em termos de aprimoramento político e democrático, todo o Brasil sente e sabe que é com tenacidade, com amor, com dedicação e alto espírito público, que o Presidente Figueiredo está realmente trabalhando."

Lebrando o apoio que o Paraná vem recebendo do Governo do Presidente Figueiredo, Ney Braga disse que o Governo Federal marcou presença nos últimos três anos no seu Estado na construção de estradas, hidrelétricas, recuperação do Porto de Antonina, projetos de combate à erosão, nas comunicações telefônicas, na represa de Passauna e, de modo especial, na eletrificação rural.

Governador Tarcisio Burity: GOVERNO DEVOLVEU LIBERDADE AO Povo

“O traço mais característico do Governo do Presidente João Figueiredo, além de todas as grandes obras, foi a consolidação da democracia, da abertura e, portanto, a volta às franquias democráticas do povo brasileiro”, disse o Governador Tarcisio Burity, da Paraíba, ao analisar os três primeiros anos do Governo João Figueiredo.

Muitos Presidentes — assinalou — constroem estradas, barragens, isto é, que se todos desenvolvem o aspecto material. Mas, são poucos que têm a coragem, numa conjuntura bastante difícil, de devolver as liberdades a seu povo, frisou o Governador. E acrescentou: “Tenho plena convicção de que a história vai, no futuro, julgar muito bem o Chefe do Governo”.

Sobre os três primeiros anos do seu Governo na Paraíba, Tarcisio Burity afirmou que “com o apoio do Presidente da República e do PDS, ultrapassei as metas dos governos anteriores em termos de abastecimento d’água, eletrificação rural, estradas, educação, saúde e construção de casas populares.”

Além disso, destacou o Governador, foram resolvidos dois problemas existentes no Estado: aumento do Porto de Cabedelo, retirada dos arrecifes e abertura do canal de acesso. Outra obra importante foi, sem dúvida, a ampliação do Aeroporto de João Pessoa, que atualmente tem condições de receber qualquer aeronave nacional ou internacional.

O Governador registrou ainda outras obras do seu Governo:

— O programa de telefonia, que abrangeu até março deste ano 102 dos 171 municípios do Estado, que não tinham telefone e passaram a ter condições de falar com todo o país (DDD) e com diversos países (DDI); o sistema de agricultura, não só com as barragens construídas, mas também com a distribuição de mais de 100 silos, e ainda, a implantação da Empresa “Balcão da Economia”, que está atingindo a 26 municípios e vendendo produtos a 50 por cento abaixo dos preços de mercado.

ÍNDICE

EXECUTIVO

Figueiredo comemora três anos de Governo	9
Vice-Presidente Aureliano Chaves	19
Ministro Ibrahim Abi-Ackel	25
Ministro Saraiva Guerreiro	31
Ministro Delfim Netto	33
Ministro Ernane Galveas	35
Ministro Camilo Penna	39
Ministro Amaury Stabile	43
Ministro Cesar Cals	45
Ministro Walter Pires	55
Ministro Délio Jardim de Mattos	57
Ministro Maximiano da Fonseca	59
Ministro Hélio Beltrão	61
Ministro Rubem Ludwig	63
Ministro Jair Soares	65
Ministro Waldyr Arcoverde	69
Ministro Mário Andreazza	71
Secretário de Imprensa, Carlos Átila	75
Presidente do BC, Carlos Langoni	79
Secretário da SAREM, Paulo Ulysséa	81
Presidente da Comissão de Desestatização, Paulo Niccoli	83
Presidente do Incra, Paulo Yokota	85
Presidente da Embrater, Glauco Olinger	87
Presidente da LBA, Léa Leal	91

LEGISLATIVO

Presidente da Câmara dos Deputados, Nelson Marchezan	97
Presidente do Senado Federal, Jarbas Passarinho	99
Presidente do PDS, José Sarney	101

GOVERNADORES ESTADUAIS

Governador Paulo Maluf	105
Governador Amaral de Souza	107
Governador Jorge Bornhausen	109
Governador Francelino Pereira	111
Governador Ney Braga	113
Governador Tarcisio Buriti	115

Produção e Edição:
EMPRESA BRASILEIRA DE NOTÍCIAS (EBN)
Brasília, março de 1982